

DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





Descubra o nosso Plano de Atividades para 2022

W W W . A I L D . P T

p/ 06 e 07.

Pertencer para crescer.
Vida Universitária.

p/ 12.

Grande Entrevista
Maria Manuela Aguiar

p/ 30.

Conselho das Comunidades Portuguesas
Os Consulados têm de funcionar

N E S T A E D I Ç ã O

p/ 32.

A Descoberta da Austrália em 1522 por Cristóvão de Mendonça.
Por Carlos Pereira de Lemos

p/ 42.

Artes e Artistas Lusos. Tutu Sousa
Por Terry Costa

p/ 48.

Literatura. Florbela Espanca - Parte II
Por Áurea Pinto Sá, Biblioteca Florbela Espanca.

Obra de capa

Título: Clown

Dimensões: 49 x 33

Técnica: Mista sobre drop paper

Descrição da obra:

O tempo, o seu poder de desgaste manifesta-se como um sonho, uma noite escura. Mas toda noite termina com o nascer do dia, e o tempo transforma-se em sutura.

Tecido, pele, proteção, barreira, máscara... As mãos, ora afetuosas, ora traquinas, mas também manipuladoras, evocam os fios do marionetista. Fios da vida? Fios do destino que tecem um espelho indiscreto, virado para nós.

Qual ciclope dissimulado, "Clown" encarna a frágil coexistência entre violência e delicadeza. Habitante do inacessível paraíso perdido da infância, "Clown" parece ignorar-nos. O seu olhar absorto desafia, forçando-nos a tomar uma posição.

Quem somos? Passageiros distraídos ou testemunhas intrusivas duma cena iniciática?

Sónia Aniceto

obrasdecapa@obrasdecapa.pt



F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Cristina Passas, Diana Correia, Fátima Pinheiro, Flávio Alves Martins, João Costa, Gilda Pereira, Hugo Gonçalves Silva, José Governo, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Rogério M. Fernandes Ferreira, Sílvia Faria de Bastos, Tiago Robalo, Vítor Afonso | **Revisão** JG Consulting | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: <https://descendencias.pt> T: 309 921 350 | **Publicidade** E : publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios

nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e j), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 14, Fevereiro 2022 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Chegou o mês de fevereiro, e com ele mais uma edição da Descendências Magazine, com Sónia Aniceto que através da sua obra de capa nos transmite inúmeras mensagens. Após a apresentação do seu plano de atividades para o ano em curso, a AILD empurra-nos para o desafio da participação ativa em prol de projetos e ideias. E neste desafio, Philippe Fernandes ilustra a vida universitária e todas as suas potencialidades e oportunidades. Sara Novais Nogueira é a associada desta edição, e fala-nos da sua vivência no seio da comunidade portuguesa em Paris e dos seus desafios pessoais e profissionais. Não podem perder a Grande Entrevista de Manuela Aguiar, ex. Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, uma defensora intransigente dos direitos dos emigrantes e uma apaixonada pelas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Fique a saber, porque é que Portugal é um país cada vez mais procurado por cidadãos reformados de todo o mundo. Paulo Martins, membro do Conselho das Comunidades Portuguesas, alerta para a degradação da qualidade dos serviços consulares e a necessidade de uma rede consular mais operacional, capaz de dar resposta às necessidades. Carlos Pereira de Lemos, ex. Cônsul Honorário de Portugal, traz-nos um fantástico relato histórico sobre a descoberta da Austrália em 1522 por Cristóvão Mendonça. Odair Sene,

conta-nos o percurso dos quase 24 anos de existência do Mundo Lusíada. Através da rubrica Artes e Artistas Lusos, Terry Costa apresenta-nos Tutu Sousa, que nos relata a sua paixão pela pintura e pela arte, e o seu percurso de reconhecido sucesso. Não perca a segunda parte de Florbela Espanca – alma alentejana, através da escrita de Áurea Pinto Sá. Será possível termos crescimento económico e ao mesmo tempo cuidarmos do ambiente? Vítor Afonso esclarece-nos. “Leve, leve, o luar” de Afonso Lopes, assina o espaço reservado à poesia. Gonçalo Sampaio e Melo, explica-nos a tendência e desafios na gestão de pessoas depois da pandemia. Não perca ainda o olhar de Rui Mendes através da sua lente. Fatinha Pinheiro mostra-nos o porquê de Braga ter sido considerada por um jornalista do “The Guardian”, a cidade mais encantadora. Na rubrica, com lupa: lá fora, é destacado Marraquexe, a cidade vermelho ocre, segundo João Costa. Marco Neves traz-nos a “ilha”, no falar português. E porque temos de estar atentos aos compromissos e responsabilidades fiscais, Rogério Ferreira, fala-nos da nova conta-corrente fiscal. E para completar e complementar, Philippe Fernandes da Cisterdata, explica quem são os trabalhadores transfronteiriços e o seu enquadramento fiscal. Uma edição repleta de bons momentos de leitura. Marcamos de novo encontro no dia 1 de março!



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| A I L D

Pertencer para crescer

A AILD – Associação Internacional dos lusodescendentes, iniciou o ano de 2022 já com dois focos importantes. Por um lado a concorrer com diversas candidaturas a vários organismos e entidades, no sentido de poder materializar mais de vinte projetos e ações inscritos no nosso plano de actividades para o ano de 2022. O segundo foco prende-se com as dinâmicas das delegações da AILD já criadas em alguns países, e que estão já a desenvolver ações e iniciativas, articulando com a AILD mãe.

E são precisamente essas novas delegações da AILD já criadas, e outras a ser criadas durante o presente ano de 2022, que tornam atualmente a AILD ainda maior, com uma dimensão e responsabilidade acrescida. Esta nova dimensão torna-nos efetivamente mais próximos das comu-

nidades portuguesas e dos lusodescendentes, pois, são neste momento também membros ativos da AILD, constituindo uma rede viva e ativa das comunidades portuguesas.

É importante lembrar que a AILD é uma associação constituída por uma equipa de voluntários, motivados e empenhados em desenvolver um conjunto de ações e iniciativas de cariz cultural, social, de promoção da língua portuguesa, de apoio ao movimento associativo das comunidades portuguesas, mas também, de aproximação de Portugal às comunidades portuguesas.

Este desafio e responsabilidade que a AILD assumiu, tem vindo a ganhar dentro de cada um dos seus membros um sentimento cada vez maior de pertença e dedicação às comunidades portuguesas, pelo apreço e admiração que vamos

tendo, quando diariamente confrontados com a qualidade da portugalidade dos portugueses que residem fora de Portugal.

E é precisamente por esta consciência, que aumenta em cada um de nós a responsabilidade de darmos o nosso contributo em prol de uma causa nobre, patriótica e cheia de simbolismo, tendo a sorte e felicidade de termos nas nossas equipas gente que apesar de longe de Portugal, estão connosco e também dão o seu contributo. A participação trás sem dúvida novas ideias, inovação e novas conquistas, daí que a AILD tem sempre as suas portas abertas à participação coletiva e contributo de todos, pois, citando Andreia Lima: “Conquista é resultado da participação, esforço e dedicação de quem se dedica em ajudar pessoas, e/ou outras causas sociais”.

A experiência universitária é sem dúvida um período de enriquecimento pessoal intenso, desde logo, pela diversidade de colegas que se conhece, vindos de todas as partes do país e muitas vezes de outros países e também pela diversidade de professores.

Cada vez mais, as Universidades dão a liberdade aos estudantes de escolherem livremente parte das suas cadeiras e por vezes até cadeiras de outros cursos.

Muitos estudantes aproveitam a frequência univer-

sitária para viverem noutra cidade do país, e muitos recorrem ao programa Erasmus, para aprender noutra universidade e noutro país o que amplifica esta vivência e dá acesso ao domínio de outras línguas e culturas.

A vida universitária é sem dúvida marcante na vida de um estudante. Muitos vivenciam uma profunda autonomia no seu modo de vida e no seu modo de estudo, tornando-se mais adultos, o que lhes pro-

| A I L D

Vida Universitária

porciona condições para serem melhores cidadãos europeus e para estarem mais à vontade e preparados para desenvolverem uma carreira profissional em qualquer parte do mundo.

Esta fase da vida é uma oportunidade também para experienciar atividades de voluntariado que enriquece sem dúvida ainda mais o universitário.

A AILD é uma ONG (organização não governamental) que tem excelentes condições para proporcionar uma experiência internacional, e na qual os universitários podem realizar estágios ou aplicar/testar os

seus conhecimentos, as suas ideias, bastando para isso terem boa vontade.

A AILD é uma organização internacional, com várias delegações em vários países, e que pelas atividades que promove e características, tem todas as condições para acolher voluntários que serão sempre bem-vindos.

Por isso, uma boa maneira de começar o ano de 2022, é contactar a AILD para saber como pode concretizar connosco um projeto de voluntariado. Esperamos por si.



Philippe Fernandes
Presidente da AILD

| A I L D

Sara Novais Nogueira

Idade: 39

País de nascimento:

Portugal

País/Cidade onde

reside: França/Paris



Sara Novais Nogueira nasceu em Portugal. Licenciou-se em Educação de Infância (antes do acordo de Bolonha) e trabalhou como educadora/docente em Portugal. Instalou-se em Paris em 2012 onde trabalhou como educadora e como tutora de português na Universidade Sorbonne – Paris 4 onde, atualmente, está a finalizar o mestrado de Línguas, Literaturas e Civilizações Estrangeiras – especialização de português, com um trabalho de pesquisa sobre a presença da literatura brasileira e africana de expressão portuguesa nos manuais escolares de Portugal e a influência do mercado editorial nessa presença. Fez parte da comissão organizadora do Printemps Littéraire Brésilien. Participa em algumas conferências internacionais ligadas à literatura lusófona e à educação. Ligada ultimamente também à tradução, fez parte do grupo de tradução Esther e participa no projeto Mapas do Confinamento.



O que faz profissionalmente? Sempre foi a sua paixão?

Sou educadora de profissão e debruço-me sobretudo a questões vinculadas à docência, nomeadamente através de uma pesquisa em Mestrado (que penso finalizar este ano), onde interrogo práticas educativas e o peso do ensino da literatura na formação de leitores. A fomentação do gosto pela leitura nos mais jovens, de preferência desde a infância, deve prevalecer. A minha paixão sempre foi a educação e tudo o que a ela diz respeito e o facto de a poder coadunar com a literatura é, na minha opinião, essencial.

Para a Sara é portanto uma prioridade unir educação e literatura?

Para mim educação combina com arte. A arte da literatura na educação é, sem dúvida, o meu campo de estudo e é onde tenho investido mais o meu tempo por achar fulcral o incentivo à formação de leitores desde

os primeiros anos de vida. E para que assim seja, é fundamental que pais, comunidade educativa e comunidade local estejam numa simbiose uníssona e que, como numa orquestra, todos juntos toquem a mesma melodia para que esta saia perfeita.

A criança é um diamante em bruto a ser lapidado desde a mais tenra idade.

Porquê ir viver para França?

O vínculo entre razões pessoais (aproximar-me de parte da minha família) com o interesse de conhecer a prática educacional do ensino do português como língua estrangeira na França, um dos países europeus que conta historicamente com a maior população de lusofalantes fora dos espaços da lusofonia e que desde os anos 20 investiu no ensino da língua portuguesa. Esse vínculo fez-me querer conhecer os contextos educacionais em França.



Pensa regressar ao seu país de origem?

Penso regressar, sim, mas não a curto prazo. De momento os meus projetos profissionais e pessoais estão direcionados para continuar a trabalhar e a residir em França.

O que mais gosta em Portugal?

O que mais gosto em Portugal, para além das paisagens e da gastronomia, das quais sinto muito a falta, é do nosso sol, da nossa luz, do nosso mar e do nosso convívio caloroso com os amigos e a família.

O que menos gosta?

O que menos gosto em Portugal é o facto de, às vezes, não darmos o devido valor ao que temos e a quem somos. Os portugueses deveriam valorizar-se mais. As coisas já estão a mudar nesse sentido mas há ainda um longo percurso a fazer, pois o legado ditatorial que tivemos no nosso país bloqueou bastante os portugueses, deixando isso nos genes. Há que mudar isso.

Porque se tornou associada da AILD?

Acho que devemos dar valor ao que é nosso e, assim sendo, desde que vim para Paris, sempre tentei promover a cultura lusófona, dar a conhecer aos outros aquilo que nos define. Tenho participado na organização de eventos ligados à literatura e fiz parte da organização, durante 4 anos, do Printemps Littéraire Brésilien, cujo mentor é o Professor Doutor Leonardo Tonus.

O convite para me tornar associada da AILD surgiu através do escritor Nuno Gomes Garcia que viria a proporcionar a junção daquilo que tanto me motiva e de poder trabalhar com uma equipa cujos objetivos são em comum e foi, assim, a simbiose perfeita para poder promover aquilo que sempre quis ao lado de uma equipa sólida e empenhada, cujos objetivos convergem todos para o mesmo interesse em comum: divulgar aquilo que é tão “nosso”. A missão, a visão e os valores da AILD refletem o mote do meu intuito e foram o fio condutor para querer trabalhar com uma equipa empenhada, dinâmica e séria e que desconstrói a ideia de Associação que tantas vezes tem uma conotação negativa aqui em França.



Quais os projetos que pretende desenvolver na AILD?

Como diretora do conselho cultural da AILD em França pretendo, acima de tudo, divulgar a cultura lusófona e dar a conhecer o que nos define, seja na área da literatura, na música, no teatro, no cinema, ou na fotografia.

O meu objetivo é promover e apoiar projetos ligados à cultura e dinamizar ações que vão de encontro com os nossos valores e dar a conhecer uma comunidade lusófona dinâmica e empenhada, nos mais diversos ramos, que contribuem todos os dias para a sociedade onde estão inseridos. E trazer, também, para França artistas lusófonos que possam mostrar-nos os seus trabalhos. Alargar a cultura da comunidade lusófona não só aos lusófonos mas, também, à comunidade local através da realização de colóquios, da promoção de livros de literatura lusófona, exposições, entre outros eventos.

A divulgação da literatura infanto-juvenil lusófona é, para mim, também um pilar fundamental e um objetivo a desenvolver.

Considera importante a nova rede internacional que a AILD está a criar?

É fulcral, nos dias de hoje, esta ligação. Cada vez mais a tecnologia se desenvolve e nós temos de ver isso a nosso favor e utilizar isso como um meio de nos unirmos, mesmo estando espalhados por todo o mundo. Assim sendo, a inovação e a partilha desta rede internacional é notável. É, sem dúvida, pertinente para criar uma ligação embrenhada em cooperar naquilo que nos une: a língua portuguesa. Diferenciação, inovação, ética, empenho, rigor e coope-

ração são as palavras-chave que definem esta Associação. Fazia muita falta a França ter uma associação que se diferenciava das demais. A palavra associação na França tem uma conotação nem sempre agradável e temos de desconstruir esse conceito. A jovialidade, a diversidade e qualidade de projetos que a caracterizam é fundamental e vem criar uma união basilar com toda a comunidade.

Uma mensagem para as comunidades lusófona.

Desejo profundamente que a comunidade portuguesa que vive em França continue a proporcionar aos seus jovens a continuidade com a língua, a cultura e a civilização portuguesa/lusófona.

Não deixem de ensinar diariamente a língua (e a cultura e civilização) lusófona aos vossos filhos. Isso deve ser um legado a manter. Reforçar os laços com a nossa língua mãe é manter viva a nossa língua.

Segundo Vygotsky “o ambiente social do indivíduo que utiliza a segunda língua como forma de comunicação influencia o processo de aquisição desta”.

Ao longo da sua vida, quer no ambiente familiar, quer na escola e no meio social, a criança desenvolver-se-á e adquirirá competências culturais. Além disso, o facto de criar vínculos com pessoas de diferentes nacionalidades fá-la-á apreender de forma cognitiva a sua formação enquanto indivíduo ao longo da sua vida. A pluralidade cultural vigente e evidente nesta realidade globalizante que vivemos é cada vez mais fundamental para prepararmos as crianças para atuarem como seres sociais no mundo. E ensinar a língua portuguesa é, na minha opinião, prepará-las para enfrentarem o mundo.

DESCENDÊNCIAS
MAGAZINE



GRANDE ENTREVISTA

SECRETÁRIA DE ESTADO DAS COMUNIDADES PORTUGUEAS
NO VI GOVERNO CONSTITUCIONAL

MANUELA AGUIAR

Maria Manuela Aguiar Dias Moreira nasceu a 09 de junho de 1942. É licenciada em Direito e os primeiros anos da sua vida profissional foram dedicados ao Direito do Trabalho. Foi Secretária de Estado do Trabalho no governo de Mota Pinto. A docência na faculdade foi também uma experiência, quer em Direito da Universidade Católica de Lisboa, quer na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. O ano de 1980 marcou a passagem da área do Trabalho para a Emigração. Grande defensora dos direitos dos emigrantes portugueses, papel que desempenhou tanto como Secretária do Estado das Comunidades Portuguesas, como deputada pela Emigração, Manuela Aguiar é o rosto da grande entrevista desta edição.



Intervir na política, não estava no seu horizonte. No entanto, tornou-se a primeira mulher do PSD a ocupar um cargo governamental, acabando por perfazer o total de cinco governos, permanecer na Assembleia da República por quase duas décadas e na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa cerca de 14 anos. Hoje, oficialmente afastada da política, quem foi e quem é a Maria Manuela Aguiar?

Julgo que, aos quase oitenta anos, sou ainda muito parecida com o que fui aos oito. Olho pra trás e reconheço-me. Se pudesse recomençar, mudaria, certamente, algumas das minhas escolhas e decisões, mas não a maneira de agir e reagir

aos imprevistos da vida. Disse sempre “sim”, quando me desafiaram para novas tarefas e, por isso, o inesperado foi fazendo parte da minha caminhada, desde que terminei o curso na universidade. Como os antigos portugueses, vi-me a “navegar à bolina”... Não me incomodava a ideia de trocar o certo pelo incerto e era-me difícil dizer a palavra “não”. E assim, me vi em funções diversas, e, a partir de 1978, em Governos e Paramentos, que nunca haviam feito parte dos meus planos. Fui uma política “involuntária”. Queria ser jornalista ou advogada. Os policiais de Earl S. Gardner e o seu Perry Mason levaram-me aos bancos da Faculdade de Direito de Coimbra, e os meus antigos professores da Fa-





culdade levaram-me para a política, depois do 25 de Abril. Tinha tomado posse como Assistente, na Universidade de Coimbra, no dia 24 de abril de 1974. Não era a primeira experiência neste campo, tinha dado aulas na Católica, em Lisboa, numa cadeira de Sociologia. Nos anos 90, voltei ao ensino, num mestrado de Relações Interculturais, na Universidade Aberta. Três experiências diferentes e esplêndidas. Rejuvenesci entre os jovens, numa relação muito cordial, sem uma só memória menos boa. Para mim, as aulas eram um “brainstorming” convidativo, ia para a Faculdade como quem vai para uma festa. O caso da política não foi comparável, mas, apesar de me sentir menos talhada para a missão, tal como recomendava Sá Carneiro, tratei de combinar o seu lado lúdico com o lado ético, e fui encontrando ocasião para fazer aprendizagens e para lutar pelas minhas causas. Já era inconformista e contestatária, aos sete ou oito anos, sempre à espreita de um ensejo para investir contra injustiças, onde via vítimas, fosse eu própria, ou outrem, ou um grupo com o qual tinha afinidades. Numa família conservadora, as mulheres imperavam e impunham regras antigas (as avós mais do que a mãe), recusava-me a aceitar que fosse interdito às meninas, o que era elogiado nos rapazes – proezas desportivas, saltos, escalada de árvores e de montes, hóquei, ou futebol de rua... procurava dar prova das capacidades femininas nos vários domínios, a começar pelos proibidos. Uma feminista nata! Não era particularmente habilidosa, mas compensava a falta de talento com imensa energia e não fazia má figura... O meio familiar, apesar do conservadorismo, acabou por me ser favorável. Cresci a ouvir debates políticos, num ambiente estimulante, em que ninguém cedia ideologicamente e ninguém se zangava. Aprendi que há gente boa em todos os

quadrantes e, talvez, por isso, fiz amizades, tanto ou mais entre os opostos do que entre correligionários. E o meu feminismo nunca foi contra os homens, nem podia ser. No meu pai, no meu avô, em alguns professores e colegas, e até em alguns políticos, encontrei os aliados, que acreditavam mais em mim do que eu própria. E casei com um colega de curso, que se proclamava feminista. Um posterior divórcio, tranquilo, não prejudicou as afinidades ideológicas, nem as relações cordiais e tornou-me uma pioneira – a primeira mulher divorciada na família.

Ao longo das décadas foram sendo registados picos migratórios, como o de 60/70. À época a melhoria das condições de via dos que haviam partido contribuía para familiares e amigos verem na fuga para o estrangeiro a única solução de futuro. Hoje, a realidade já é diferente?

Podemos dizer mais: ao longo de séculos!... Na história da nossa emigração, os ciclos sucederam-se, interminavelmente. Havia fases em que o movimento decrescia, mas logo o êxodo recomeçava. Nenhum governo conseguiu estancá-lo, apesar das muitas leis proibitivas ou restritivas com que o tentaram. O século passado começou com um surto que bateu todos os recordes, coincidindo com a modernização dos transportes, a máquina a vapor, a descida de custos de transporte. O pico aconteceu em 1912/1913, para o tradicional destino brasileiro. O segundo pico, também com uma forte proporção de clandestinos, foi o “salto” para além dos Pirenéus. São os mesmos de sempre – trabalhadores rurais em fuga à pobreza extrema, homens jovens cheios de esperança, que seguem a trilha de familiares e vizinhos. Só mudou a geografia...



A Europa, mas igualmente novos países longínquos, de que se fala menos, o Canadá, a Venezuela, a África do Sul. Nas migrações atuais convive a continuidade com as diferenças. Não terminou a emigração da pobreza, masculina e pouco qualificada –já não determinada pela miséria extrema, mas pelo desemprego ou pelos baixos salários. E há um fenómeno inteiramente novo, a “fuga de talentos”, aqueles que procuram no estrangeiro condições de os valorizar e desenvolver, que não existem no país.

Quem são os emigrantes portugueses de agora e o que os leva a sair do país?

Esta “nova emigração” é formada por jovens altamente qualificados, de ambos os sexos, muitos dos quais se radicam em países onde são verdadeiramente pioneiros, numa dispersão geográfica jamais vista. Há um número crescente de mulheres que partem sozinhas, autonomamente, nesta migração de elites, embora sejam ainda uma minoria, por sinal, inferior à média dos nossos parceiros europeus. Em muitos casos, estes jovens respondem ao chamamento do estrangeiro, de governos e empresas quereconhecem a

qualidade do nosso ensino universitário, o valor e a polivalência dos nossos profissionais. Assim, por exemplo, a Inglaterra vem buscar enfermeiros e médicos, a Alemanha, engenheiros... Contudo, embora muito menos visível, a emigração maioritária é, ainda, como disse, a tradicional, de trabalhadores indiferenciados, condenados a partir, enquanto for enorme o fosso salarial que nos separa do resto da Europa. O mesmo é dizer, enquanto o nosso crescimento anual for inferior a 1%, como tem sido desde o início do século XXI. A revolução de 74 deu aos portugueses o direito de emigrar, mas ainda não lhes concedeu, a todos, o direito a não emigrar...

Espalhados por todo o mundo, os emigrantes portugueses, em regra, valorizam mais Portugal do que quem está dentro do país. Podemos afirmar que o que eles fazem pelo país é infinitamente mais do que o que país jamais fez por eles?

É verdade! Visto de longe, o país é maior, maior na saudade, na valorização das suas singularidades, e, sobretudo, na consciência do quanto Portugal se expande e se torna plural na Diáspora. Gosto do que somos, do que me ensinaram



que somos, logo a partir das primeiras visitas de “descoberta” às comunidades portuguesas: mais povo e cultura do que território, mais mar do que terra. Pequenos só mesmo dentro das fronteiras... Essas visitas de “reconhecimento” foram intensas na agenda e extensas nas comunidades abrangidas, com o intento de ter a visão do todo e das partes e a possibilidade de estabelecer comparações. Em abril de 1980, um périplo às duas costas dos EUA e do Canadá – vinte dias, mais de vinte cidades – deixou-me a incrível sensação de ter atravessado um oceano para encontrar, do outro lado, o meu país, vivido num sem número de centros culturais, clubes, paróquias, escolas. Um país festivo, com as seus rituais músicas e danças, gastronomia, tertúlias e debates – infindáveis “sessões de esclarecimento”, que estavam na moda. ... Depressa me apercebi de que este mundo fervilhante de acontecimentos e projetos, enraizado numa imensa rede institucional, não existiria se tivesse ficado à espera de um subsídio do Estado para construir os salões de convívio, os campos de jogos, as sedes campestre ... E as comunidades portuguesas assim organizadas, conferem a Portugal uma dimensão verdadeiramente universal. É uma dádiva que o Estado nunca poderá resolver, mas deve, ao me-

nos, reconhecer. Em 1980/81, a criação de um Conselho das Comunidades de base associativa significou, do meu ponto de vista, o princípio desse reconhecimento. Sem paternalismo, com respeito absoluto pela autonomia institucional das ONG’ s. Um paradigma de democracia participativa, com o qual, de algum modo, a revolução de abril chegou, finalmente, à emigração. Nunca antes um Governo fora ao encontro das comunidades, com essa atitude, a vontade de diálogo para articular apoios e parcerias segundo os projetos das próprias comunidades, não os do Governo. A doutrina de Sá Carneiro....

Compara a emigração ao feminismo, na medida em que são dois grupos algo marginalizados da sociedade. Porquê que a luta pela igualdade de direitos na emigração ainda é, nos dias de hoje, uma pauta em discussão?

É uma pauta em discussão, porque as questões de fundo estão longe da sua resolução. As mulheres, como os estrangeiros, são discriminadas, quando não nas leis, na persistente desigualdade de oportunidades. Lembro-me de dizer, nessa década de oitenta, uma frase que continua



atual: “as mulheres são estrangeiras no seu próprio país”. Por essa altura, algures em França, me chamaram atenção para uma afirmação semelhante de Mitterrand: “as mulheres são os imigrantes do interior”. É praticamente a mesma coisa e, vinda de um homem político, surpreendeu-me por revelar tão clara consciência de ambas as discriminações – a das mulheres e a dos estrangeiros. Para as mulheres podem as leis ser igualitárias, que prática não é... E para os estrangeiros nem nas legislações mais progressistas a plena igualdade está adquirida. Veja-se o caso do Canadá, país considerado exemplar, que continua a aplicar

aos seus imigrantes a pena de expulsão, em caso de condenação penal, em alguns casos, por delitos menores. A única forma de prevenir essa dupla pena é a naturalização, que facilitamos, desde 1981, com a aceitação da dupla ou múltipla nacionalidade. A minha cruzada pela dupla cidadania, começou a nível interno e continuou no Conselho da Europa, onde, salvo erro, só em 1996, após um duro debate sul – norte, foi possível revogar a Convenção de 1963, que proibia a dupla cidadania. À Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa levei também a matéria da expulsão de migrantes condenados penalmente, num relatório em



que propunha a criação de categorias de “inexpulsáveis” – nomeadamente, os que vivem no país desde crianças, os seus pais, e outros residentes de longa duração. O Relatório e aquelas recomendações foram, naturalmente, polémicas, incluindo dentro do meu grupo político, mas, por fim, votadas e aprovadas pela Assembleia Parlamentar! Quanto às emigrantes portuguesas, uma curiosa constatação é que, em regra, se aproximam bem mais depressa das metas da igualdade nas sociedades de acolhimento do que no mundo paralelo e muito conservador do nosso associativismo, onde só lentamente vão ascendendo à chefia das associações. Em 1981, no Conselho das Comunidades eleito num colégio associativo, não havia uma única mulher – como reflexo dessa discriminação generalizada... E, ainda hoje, em eleições por sufrágio universal, e com a aplicação da Lei da Paridade, a situação é bastante insatisfatória. No país de acolhimento, pelo contrário, o emprego e a boa integração na sociedade local, deram às emigrantes um estatuto, dentro e fora da família, muito superior ao das mulheres que permaneceram na sua aldeia.

O Governo português deve reconstituir a Secretaria de Estado da Emigração, por forma a dar respostas aos atuais problemas dos emigrantes portugueses?

Sim, no sentido de recuperar serviços e políticas que desapareceram do mapa de preocupações, não necessariamente na designação, que é de somenos importância. Em comparação com a Secretaria de Estado da Emigração, criada em 1974, mas incorporando estruturas preexistentes, a atual Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas tem menos meios materiais e menos quadros. Em 1974, englobava a Direção-Geral da Emigração e o Instituto da Emigração, dotado de autonomia e com uma plêiade de especialistas no domínio das migrações. Em 1980, foi criado o Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas, resultante da junção daqueles dois departamentos com uma direção unificada, que não somente manteve sua margem de autonomia, como desenvolveu serviços e projetos inovadores, um Centro de Estudos, um Fundo Documental e Iconográfico da Emigração e das Comunidades Portu-



guesas (primeiro passo para a constituição de um Museu), uma linha editorial, Delegações Regionais, novas Delegações no estrangeiro. E, “last but not least”, o Conselho das Comunidades. Com estruturas leves e desburocratizadas se prosseguiram e aprofundavam as políticas públicas para a emigração e se iniciavam políticas para a Diáspora, até então esquecida nas preocupações governativas. Hoje resta apenas uma pesada e burocrática Direção Geral de Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, que, até na designação, denuncia a ordem das suas prioridades... Os Secretários de Estado, por muito bons que sejam, estão, hoje, tremendamente limitados na sua atuação.

A partir de 1974, a primeira coisa que os governos provisórios fizeram foi criar uma Secretaria de Estado da Emigração e reorganizar os serviços para servir os portugueses. No entanto, quando Portugal aderiu à CEE, os serviços de emigração foram desmantelados. Considerou-se, erradamente, que a emigração tinha acabado?

Certíssimo falar de “desmantelamento” de serviços, a partir dos anos noventa. O XI e o XII Governos Constitucionais, (os governos maioritários do Prof Cavaco Silva) manifestaram pouca sensibilidade para as questões sociais da emigração e à Diáspora levaram um discurso retórico. Foi



a rutura com a estratégia de Sá Carneiro, que distinguia as políticas públicas para a emigração recente, numa linha de continuidade, mas corrigindo o eurocentrismo que as dominava, desde os anos setenta, das políticas para as Comunidades, para a Diáspora, com gestos inéditos de aproximação às suas grandes instituições. A extinção do Conselho das Comunidades, numa fase de crescente afirmação, deixou um vazio, que viria a ser, mais tarde preenchido, a destruição do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas, revelou-se fatídica porque foi irreversível. O CCP renasceu, no Governo seguinte, como símbolo, que é, de vivência democrática, aliás comum aos nossos parceiros europeus – a França, a Espanha, a Itália, a Grécia, a Suíça... Estamos de acordo na análise de que a desconstrução das estruturas indispensáveis para a execução de políticas nestes domínios se ancorou no discurso falacioso de que Portugal, ao entrar na CEE, no “clube dos ricos”, deixara de ser, “*ipso facto*”, um país de emigração. Cegueira e presunção, afinal, porque os fluxos migratórios apenas tinham diminuído, e mesmo que tivessem cessado, de re-

rente, mantinham-se no estrangeiro milhões de portugueses, com direito à proteção do Estado. Na visão ufanista daqueles governos, os novos rostos da emigração eram os dos “*empresários de sucesso*”. Os outros, oficialmente, não existiam... Em 1995, com José Lello na Secretaria de Estado, assistimos ao retorno à realidade, à reconstituição possível das estruturas e das políticas públicas, e ao relançamento do Conselho das Comunidades. Os seus sucessores, independentemente da cor partidária, no essencial, não se desviaram desse pragmático rumo.

A pandemia provocada pela covid-19 levou muitos imigrantes a abandonar Portugal à procura de melhores trabalhos. Analisando a situação desde o início da pandemia, este fluxo poderá ser uma das causas possíveis causas para a falta de mão de obra relatada recentemente por alguns setores de atividade?

A pandemia, nas suas sequelas económicas, atingiu a generalidade dos países do mundo e não é, obviamente, período



favorável à circulação de turistas, mas não terá sido assim tão impeditiva da circulação de trabalhadores. As condições de trabalho oferecidas pelos países de destino foram mais importantes do que a questão sanitária. O recente decréscimo dos nossos fluxos migratórios verificou-se por quebra de saídas para o Reino Unido – o Brexit contou mais do que o vírus.... O governo português, em 2020, tomou uma medida acertadíssima, logo no início dos confinamentos, com a legalização automática, ainda que transitória, dos estrangeiros, cujo pedido de residência estava no SEF. E, no que respeita à vacinação e aos cuidados médicos, tem procurado não discriminar os que estão em situação irregular. Uma decisão, decerto, mais influenciada por motivos de saúde pública do que por pura solidariedade humana, mas, de qualquer modo, boa. Esperemos que a recuperação económica, que se anuncia, facilite os ingressos legais e protegidos de todos os imigrantes que a nossa situação demográfica e económica reclama.

Apesar disso, há ainda imigrantes que estão a voltar e outros que estão a vir pela primeira vez. Há agora muitos imigrantes da África francófona, como a Gâmbia, Senegal ou outros países limítrofes, como o Mali, que estão a trabalhar na agricultura. Considera que estes novos fluxos migratórios poderão ser equiparados aos registados há dois anos?

Embora seja uma área que não acompanho de perto, tenho a perceção de que os fluxos migratórios para o setor da agricultura e outros, igualmente carenciados, foram aumentando durante a pandemia. São, todavia, setores onde reina a mais anacrónica e despudorada exploração, a que os nacionais não se sujeitam – preferem obviamente emigrar. Partem os nossos, chegam para o seu lugar, os estrangeiros. Não vejo mal neste incessante vaivém de gente, só lamentos os fenómenos do tráfico e da exploração. A dimensão destes fluxos vai depender da expansão ou retração do mercado de emprego. Não sou economista, não me atrevo a fazer previsões. O que tenho por certo, nos aspetos jurídi-



cos e sociais que me são mais familiares, é que os Governos têm de investir em mais e melhores serviços de defesa dos trabalhadores migrantes, o que passa, como disse, em primeira linha, pela decência das polícias, pela sua formação cívica e democrática.

Durante a pandemia foram, e têm sido, os imigrantes a manter o funcionamento, por exemplo, do setor agrícola. No entanto, se Portugal precisa tanto deles, porquê que ainda se verificam condições de trabalho de grande precariedade e baixos salários para estes trabalhadores?

O Estado fecha os olhos, não quer saber... É sempre pelos “media” e pelas ONG s que tomamos conhecimento destas vergonhosas condições de trabalho. Quando o patronato apela à mão de obra estrangeira, logo pululam os intermediários, entre alguns traficantes do submundo do crime, a trazer os desgraçados que aceitam qualquer tarefa, a qualquer preço... É mais um capítulo negro da história das migrações. Nada de novo, se olharmos o passado, mas completamente intolerável em pleno século XXI! Sem excluir a responsabilidade dos pequenos, médios ou grandes empregadores, julgo que os Governos e a Administração Pública têm de intervir, antes de mais, para facilitar o recrutamen-

to legal. É chocante e absurdo ver, por exemplo, milhões de refugiados, aprisionados em campos de concentração, apesar do contributo que poderiam dar a economias em expansão, e o mesmo se diga de imigrantes, que arriscam a vida para fugir à fome. Nós, portugueses, não temos desculpa para não os compreender, quando chegam “a salto”, como os nossos foram ao longo dos tempos.

Foi, durante décadas, o rosto do PSD na defesa do direito das Mulheres, na política da Emigração. A emigração tornou-se para muitas mulheres, através do trabalho económico, num caminho de emancipação?

Hoje sabemos que até mesmo a emigração “a salto”, a mais improvável, foi para as portuguesas uma grande via de emancipação – juntaram-se a pais ou maridos, conseguiram aceder ao emprego, em geral, no setor dos serviços, aprenderam a língua mais depressa do que os homens, integraram-se melhor na nova sociedade e tornaram-se mediadoras da integração da família, uma família mais moderna, mais igualitária. E contribuíram, com o seu salário, decisivamente, para o sucesso do projeto migratório. Eduardo Lourenço falou dos emigrantes do “salto” como “uma geração de triunfadores”. E esse triunfo em muito se

deve às mulheres. Elas foram agentes do sucesso do projeto familiar, e, também, as suas principais beneficiárias. E, por isso, normalmente, se opõem ao regresso com que os homens sonham. Temem, com muita perspicácia, a regressão, a perda o estatuto conquistado, mas não são menos fiéis às suas raízes e recriam lá fora outro Portugal. Foi, de facto, sobretudo, através delas, que o associativismo aprofundou a sua componente cultural, com as escolas, as competições desportivas destinadas aos filhos, os grupos folclóricos e teatrais, as festas comunitárias. Depois, os homens trataram de lhes barrar a ascensão às direções, sem nunca prescindirem do seu trabalho nos bastidores...

Depois de ter deixado a Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades, continuou a trabalhar com as comunidades portuguesas no estrangeiro. Na Associação Mulher Migrante coordenou vários estudos sobre os emigrantes portugueses. Como analisa hoje a problemática das migrações femininas?

Foi pelo mero acaso de um convite para o Governo que entrei no mundo das migrações, mas não foi por acaso que continuei ligada às suas realidades por mais de quarenta anos. A AMM, que completa trinta anos em 2023, tem um percurso extraordinário. Curiosamente, surgiu para corporizar o principal projeto do 1º encontro mundial de mulheres emigrantes, que eu tinha convocado, como Secretária de Estado, em 1985. Foi uma iniciativa patrocinada pela UNESCO, e com ela Portugal deu um primeiro passo nas políticas de género, neste domínio, e tornou-se pioneiro a nível europeu - e, tanto quanto se sabe, mundial. O mérito, devo sublinhar, não foi meu, limitei-me a cumprir, como era meu dever, e com muito entusiasmo, uma recomendação do Conselho das Comunidades, proposta por uma jornalista de Toronto, Maria Alice Ribeiro. O Encontro Mundial excedeu todas as expectativas, mas não teve continuidade nos governos seguintes. A associação

mundial para que apontava não teve condições para avançar. Oito anos depois, foi constituída a AMM, com a intenção de recuperar esse legado histórico. As políticas de género foram retomadas pelo Secretário de Estado António Braga, vinte anos depois, e por proposta desta Associação, que, entre 2005/2009, levou a cabo, com o seu apoio, os “Encontros para a Cidadania – igualdade entre mulheres e homens”. A presidente honorária desse movimento foi a inesquecível Dr.^a Maria Barroso. A AMM teve, assim, como ONG, um papel relevante na prossecução das políticas públicas para a igualdade de género, em parcerias que continuaram até 2019, com os Secretários de Estado José Cesário e José Luís Carneiro. No mandato do Dr. Cesário realizaram-se três congressos mundiais, no país, e numerosos colóquios nas comunidades, juntando especialistas do mundo académico e voluntários de ONG's – mulheres e homens unidos pelos mesmos ideais de igualdade e de justiça. Muitos dos estudos e as atas dos Congressos estão publicadas, constituem documentação de consulta obrigatória para o conhecimento do percurso das mulheres na emigração.

O apoio à integração das mulheres na sociedade de acolhimento e defesa dos seus direitos de participação social, económica e política, ainda é uma das principais lutas?

Através do “Círculo Maria Archer”, estou envolvida na organização, no Porto, de uma homenagem a essa grande escritora e jornalista, por ocasião do 40º aniversário da sua morte. Como defensora da lusofonia, feminista, resistente à ditadura, que a obrigou a um longo exílio no Brasil, ela é, pela sua obra e pela sua vida, uma mulher intemporal! Estas comemorações, que incluem uma série de colóquios e uma exposição de pintura, serão uma oportunidade para refletir e dialogar sobre migrações. Feminismo, cidadania, participação das mulheres, em especial no espaço lusófono. As mulheres são metade das comunidades. Inclui



-las, em pé de igualdade, nos domínios ou nas instâncias onde têm estado especialmente ausentes, como é o caso do dirigismo associativo, pode duplicar a força do movimento, numa fase em que se teme a sua decadência. Vale a pena lutar por isso!

Que mensagem gostaria de deixar a todos os nossos leitores, em especial, aos milhões de portugueses espalhados pelo mundo, mas também a todos aqueles que encontram no nosso país uma nova janela de oportunidades?

Uma primeira observação: nas mensagens de Natal das nossas mais insígnies figuras públicas não me lembro de

ouvir uma palavra de gratidão para com os imigrantes, como integrante da nossa sociedade. E os emigrantes foram, quando muito, lembrados numa breve e cerimonial saudação. O que é revelador de uma perceção redutora do que verdadeiramente somos, ainda preponderante na opinião pública e na esfera da política. Gostaria de dizer aos portugueses do estrangeiro e aos imigrantes, muito simplesmente, que só com eles se pode conceber o futuro de Portugal. O reconhecimento da sua pertença a uma grande comunidade, que graças a eles, está em expansão, é uma das causas que vale a pena pôr em agenda, prioritariamente neste 2022. Espero que seja, para todos, um Ano Feliz, um tempo de reencontro e convivialidade!

| M I G R A Ç Õ E S

Portugal um paraíso para reformados estrangeiros?



Portugal é um país cada vez mais procurado por cidadãos reformados de todo mundo.

São vários os motivos que fazem com que Portugal se afigure como um destino apetecível para os reformados das mais diversas nacionalidades.

O clima e a mobilidade: este motivo atrai sobretudo reformados do norte da Europa que procuram um clima mais ameno para gozarem da sua reforma. O facto de Portugal ser um país pequeno e de fácil mobilidade também é bastante atrativo. “Quero ir viver para um país onde consiga fazer as minhas compras a pé, ir ao médico e à farmácia sem precisar de pegar no carro como nos EUA” – contava-nos uma cliente norte-americana.

Os benefícios fiscais – Estatuto de Residente não habitual: Ao alterarem a sua residência fiscal para Portugal, reformados de países como Itália e França ficam isentos de tributação sobre os montantes que recebem de reforma. Devido a este fator tem-se verificado um aumento significativo de reformados, sobretudo destes dois países, sendo que os franceses optam mais por se fixarem na Costa de Prata e

os italianos no Algarve. O dinheiro poupado em impostos permite a este tipo de reformados ter uma melhor qualidade de vida em Portugal. “Agora conseguimos passear e ir a restaurantes frequentemente, algo que em França era um luxo e só o fazíamos raramente” explica uma cliente francesa.

A Segurança: A segurança é o principal fator que move reformados de nacionalidade brasileira e outros países da América Latina a mudarem-se para Portugal. “Sair à noite para ir jantar fora ou tomar um café e voltar para casa caminhando sem medo não tem preço!” – conta um cliente brasileiro.

A saúde: Por incrível que possa parecer (a nós portugueses) a saúde pública e privada em Portugal é um dos principais motivos apresentados pelos reformados Norte Americanos para escolherem o nosso país para desfrutarem da sua reforma. Com Autorização de residência em Portugal os estrangeiros oriundos de países terceiros têm acesso aos serviços públicos de saúde em Portugal. Ainda assim, os seguros da saúde em Portugal têm preços muito mais competitivos comparando com os EUA e Brasil.

“Para me curar do cancro que tive fui à falência... desde então comecei a procurar uma alternativa para sair dos EUA e ter alguma tranquilidade de espírito em relação aos cuidados de saúde” – conta-nos um cliente de São Francisco.

Cultura: Muitos destes expatriados reformados já não vivem no país de origem há alguns anos tendo escolhido, numa primeira fase, países paradisíacos para viverem como Tailândia, Caraíbas, Ilhas Maurícias mas, nesses casos, ao fim de algum tempo, sentiram falta de cultura e esse é outro requisito que Portugal preenche para quem gosta de um bom programa cultural!

A Lei dos estrangeiros prevê um visto específico para reformados desde que comprovem meios de subsistência. Os aplicantes deste visto têm que comprovar que recebem uma reforma no país de origem, igual ou superior ao salário mínimo português, e que conseguem enviar esse montante para Portugal para se autosustentarem com os seus rendimentos. Este visto aplica-se apenas aos cidadãos oriundos de países de fora da União europeia.



Gilda Pereira
CEO Ei! Assessoria Migratória

| CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Os Consulados têm de funcionar



A Comissão Temática para as Questões Consulares e Participação Cívica e Política do Concelho das Comunidades Portuguesas tem acompanhado ao longo destes cinco anos o desempenho e a evolução dos serviços consulares, e tem notado a continua degradação da qualidade do serviço prestado pela rede consular, que no seu todo está à beira do colapso, observa-se também que essa rutura já não se verifica somente em casos isolados, como há uns anos atrás, mas sim como uma realidade estabelecida por toda a rede.

A falta de recursos humanos qualificados tem sido um dos principais fatores responsáveis por este agravamento, especialmente nesta última década. A aposentação dos funcionários mais antigos e a dificuldade de recrutamento de novos

quadros, principalmente devido ao baixo vencimento oferecido, têm sido a base do enfraquecimento dos serviços prestados aos utentes.

Esta situação acentua-se ainda mais por não haver continuidade na passagem de experiências dos mais antigos para os mais novos, muito devido aos novos quadros não permanecerem muito tempo nos postos, não obtendo assim o traquejo necessário para um bom desempenho das funções que lhes são atribuídas.

É necessário portanto a capacidade e a vontade política para conseguir ultrapassar os obstáculos impostos pelo Ministério das Finanças, de forma a permitir o reforço e retenção dos novos quadros em toda a rede consular.

Evidentemente que com esta falta de pessoal qualificado aparecem as dificuldades no atendimento dos utentes, desde logo a nível telefónico, que no fundo é a base para um bom atendimento presencial, pois é aqui que os utentes podem esclarecer as suas dúvidas acerca dos assuntos que necessitam de tratar.

É inaceitável que todos os consulados da rede diplomática portuguesa não tenham capacidade de recursos para que o telefone possa ser atendido com regularidade, prejudicando aos utentes. A criação dos Centros de Atendimento Consulares (CACs), sendo positiva, não assegura por si só a melhoria do serviço, seja a nível qualitativo ou quantitativo. A enorme dificuldade na obtenção de agendamentos na rede consular em tempo útil gera um preconceito burocrático junto das respetivas Comunidades, levando a um divórcio entre estas últimas e as suas estruturas consulares, empurrando as pessoas para a nacionalidade do país de acolhimento, desistindo de toda a documentação portuguesa, ou preferindo tratar das mesmas apenas e só em Portugal, o que implica custos adicionais e na sua maioria ficando registados (e recenseados) como residentes em Portugal.

É, por isso, necessário um investimento significativo na qualidade dos recursos humanos, assegurando-se que estes possam ter acesso a salários ajustados ao nível de vida dos países onde trabalham, incluindo benefícios de segurança social e um estatuto profissional com uma carreira e avaliação digna das funções que desempenham, promovendo assim o melhoramento da imagem dos postos consulares.

A par das questões relacionadas com a falta de pessoal há ainda a referir a questão da organização de toda a rede consular, que precisa de ser reestruturada de forma profunda para refletir não só os novos fluxos migratórios mas também a evolução demográfica das próprias Comunidades.

Devido a grande dispersão das Comunidades (muitas em países de dimensão continental), seria importante que os Consulados de carreira passassem a supervisionar, estruturas mais pequenas, com funcionários acreditados no MNE e colocadas mais próximo dos utentes, com capacidade de emitir todo o tipo de documentação e assegurando uma maior cobertura em termos geográficos.

Relativamente aos Consulados Honorários, em termos de competências atribuídas, existe uma grande discrepância entre eles. Tal representa uma enorme oportunidade perdida, que deveria ser aproveitada através do alargamento e uniformização sistemáticos dessas responsabilidades.

Acerca das Permanências Consulares reconhece-se a sua importância – e, por isso, deve-se assegurar e até alargar a sua realização –, mas também deve-se perceber por que é que fora das estruturas consulares se conseguem servir duas ou três vezes mais utentes do que nos próprios Consulados, no mesmo espaço de tempo.

Alertamos também para uma gradual falta de participação de alguns diplomatas junto das Comunidades, notando-se cada vez menos o seu envolvimento junto do movimento associativo e dos meios de comunicação social locais, falhando assim a sua ligação de proximidade e o esclarecimento com os utentes.

É, por último, de vital importância acelerar a desmaterialização e o redesenhar de processos no âmbito da Modernização Administrativa relevantes para os cidadãos portugueses a residir no estrangeiro, assegurando desde a primeira hora a sua adequação à realidade de quem não vive em Portugal.

Este artigo foi elaborado com base na experiência dos Conselheiros/as desta Comissão Temática, recordando documentos anteriormente emitidos acerca desta matéria, e tendo sido auscultados outros membros do CCP em diferentes partes do mundo.



Paulo Martins

Conselho das Comunidades Portuguesas

| O P I N I Ã O

A Descoberta da Austrália em 1522 por Cristóvão de Mendonça

No mês de Fevereiro de 2022 vamos celebrar na Austrália na cidade de Warrnambool, situada a 260 kms a sudoeste de Melbourne, os 500 anos da Descoberta da Austrália pelo navegador português Cristóvão de Mendonça. A decisão de festejar esta data é controversa porque existem ainda instituições oficiais e historiadores que continuam a negar que os portugueses foram os primeiros ocidentais que chegaram a este continente e os primeiros que executaram mapas de toda a costa da Austrália. Um dos argumentos dos que negam essa hipótese é que Portugal nunca demonstrou ter documentos históricos que o provem, tais como mapas ou outros documentos. No entanto, a ausência desses documentos à data de hoje é fácil explicar. Para começar, a presença portuguesa no Oriente, a leste de Malaca, era totalmente secreta, por várias razões. A principal era Portugal saber que poderia estar a operar em território que pertencia a Espanha, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, homologado pelo Papa Alexandre VI em 1494. E sabia que infringir o Tratado acarretava sérias penalidades. Outra razão era a Europa saber que Portugal estava a enriquecer de forma astronómica, com as especiarias que originavam do Oriente e, em especial, a Espanha, a França e Holanda, queriam saber a proveniência daquela riqueza e dos produtos. Era portanto importante que não soubessem. Finalmente, os documentos que existiam, em especial na Casa da Índia, sobre a presença portuguesa no Oriente, foram

destruídos durante o terramoto de 1755, não só com desabamento mas também com inundação e fogos.

É difícil, portanto, encontrar documentos nos arquivos portugueses, mas provas foram encontradas em mapas produzidos em França e na Holanda, que tinham sido executados com base em mapas portugueses. Os mapas que nos interessam foram executados em Dieppe, uma cidade no norte de França, cidade que teve grande importância como base naval e centro de estudos náuticos. Estabeleceu uma 'Escola de Hidrografia' que foi liderada por cartógrafos competentes, os mais relevantes, para nós, sendo Pierre Desceliers e Nicolas Vallard, este mais como orientador e patrocinador.

Há várias hipóteses de como os cartógrafos de Dieppe obtiveram cópias de mapas portugueses. Uma é que nos séculos XV e XVI Portugal estava na vanguarda da cartografia e estudantes de outros países foram lá para aprenderem. Sabe-se também que a Holanda pagou a dois indivíduos para lá irem, não só para aprenderem, mas com fins ulteriores de descobrirem o que Portugal estava a fazer. O que se sabe é que alguns destes 'estudantes' obtiveram cópias de mapas que depois vendiam na Europa a quem mais pagasse. Sabe-se também que a França apreendeu algumas embarcações portuguesas e a primeira coisa que faziam era remover os mapas que lá existissem. Houve também um português de nome João Afonso, que fez parte da tripulação de Vasco da Gama, na sua viagem

para a Índia, e que era 'intérprete de português e malaio' que Dieppe recrutou, e que também foi fonte de informação. Este indivíduo mudou o nome para Jean Alfonse.

Seja como for o que é certo é que os mapas de interesse para nós, os Atlas de Delfim (Dauphin) e de Vallard tem nomes portugueses e não podiam ter outra origem senão Portugal. Os mapas são atribuídos a Cristóvão de Mendonça pelo seguinte:

Em 1519, partiu de Lisboa uma armada composta por 17 barcos com destino a Goa, na Índia, e foi entregue ao comandante uma ordem real do Rei D. Manuel I, selada, dirigida ao Governador da Índia, Diogo Lopes de Sequeira, para pôr ao dispor do Capitão Cristóvão de Mendonça quatro embarcações para este descobrir a 'Ilha de Ouro'. O Rei D. Manuel I sabia da existência da 'Ilha' através do livro de Marco Polo, que possuía, e de notícias que circulavam de navegantes nas áreas a norte. Mas os 17 barcos tinham outra missão.

Sabia-se que Fernão de Magalhães, em 1519, ao serviço do rei Carlos I de Espanha, partiu de Sevilha, com cinco barcos, com o objetivo de contestar a presença portuguesa em território que estaria a leste do meridiano estabelecido no Tratado da Tordesilhas. E Magalhães tinha conhecimento da situação porque tinha sido tripulante de barcos portugueses que tinham navegado até às Molucas e sabia também das especiarias que estavam a enriquecer Portugal, e a ideia era que tudo isto revertesse para Espanha.

Portugal não podia aceitar o plano do Rei Carlos I e de Magalhães, e os 17 barcos saíram de Lisboa com instruções para exterminar os barcos de Magalhães e, se necessário, liquidar as tripulações. Mas as instruções não afetaram totalmente a ordem secreta do Rei Manuel I, a qual determinara que depois dos 17 barcos chegarem a Goa, quatro seriam alocados a Cristóvão de Mendonça para descobrir a 'Ilha de Ouro', mas, se nas suas viagens se cruzasse com Magalhães teria também de atacar, até porque as suas embarcações estavam equipadas para essa possibilidade. Mas não foi necessário usar

barcos portugueses para pôr fim à missão de Fernão de Magalhães, porque ele acabaria por ser assassinado nas Filipinas em Março de 1521. Mais tarde Portugal acabaria por ter de reconhecer a necessidade de informar das suas atividades no Oriente e acabou por ter de pagar avultada quantia de dinheiro ao Rei de Espanha para poder continuar a sua presença no Oriente.

Mas voltemos a Cristóvão de Mendonça. Sabe-se que chegou a Goa em Junho de 1520 que partiu de Goa em Março 1521, mas não existe documentação escrita por onde andou durante meses. O que se sabe é que em 10 de Janeiro 1522 regressou a Malaca para se reabastecer e partiu de novo. O que existe escrito sobre estes movimentos de Mendonça são narrados pelo cronista oficial, João de Barros, dizendo que ele partiu 'para áreas com esperança de serem descobertas' e teria prometido que daria conta das suas viagens e do que teria descoberto o que nunca fez. E isto compreende-se, porque tendo o Rei Manuel I ordenado que a missão de Cristóvão de Mendonça fosse secreta, certamente que João de Barros não teria sido autorizado a revelar ou registar aquilo que era considerado pelo Rei como segredo.

Temos, portanto, que reverter aos mapas produzidas em Dieppe. O primeiro de que temos conhecimento é o chamado Delfim (Dauphin), foi produzido em 1536. Este mapa contém 26 nomes de origem portuguesa e é o mapa que Kenneth Gordon McIntyre atribui a Cristóvão de Mendonça, e que mostra a costa leste da Austrália em detalhe a que voltaremos adiante. Mas os mapas que mais interessam são os contidos no Atlas de Vallard, produzido em 1547, o qual contém 120 nomes de origem portuguesa.

Começamos com este Atlas e como foi rejeitado. O Atlas esteve em posse dos franceses durante séculos e foi adquirido em 1856 por Sir Thomas Phillipps antiquário inglês, o qual publicou cópia com o título 'The first map of Australia' (O Primeiro Mapa da Austrália). Cinco anos depois, em 1861, Richard Henry Major, Curador de Mapas do Museu Britânico,

escreveu um pequeno tratado com o título 'The discovery of Australia by the Portuguese' (A Descoberta da Austrália pelos Portugueses) e acrescentou: 'O território descrito como La Grande Java (Terra Java), no mapa francês, não pode ser outro senão a Austrália, a qual foi descoberta antes de 1542...'. Mas tanto o que escreveu Richard Major ou o que escreveu Sir Thomas Phillipps tiveram mínima aceitação e o assunto foi rapidamente esquecido.

A razão da rejeição é o facto de os livros de história de Inglaterra e da Austrália estabelecerem que os holandeses foram os primeiros a descobrir a costa oeste da Austrália em 1606 e o Capitão James Cook ter descoberto a costa leste em 1770. Isto porque existem documentos que o provam. Quanto aos mapas que provam terem sido os portugueses os primeiros, argumentam que os mapas poderão não ser originais, ou cópias de originais, e que tudo poderá ser ficção. E esta mentalidade desonesta mantém-se até aos nossos dias.

Mas continuemos a análise, em especial baseada em três livros publicados na Austrália por historiadores australianos. O primeiro, *Discovery of Australia*, foi publicado em 1895, por George Collingridge, historiador, a viver em Sydney.

Trata-se de um livro volumoso de 376 páginas no qual analisa uma enorme quantidade de material, existente na altura, em várias bibliotecas e arquivos, e concluiu enfaticamente que os portugueses foram os primeiros a descobrir a Austrália. No entanto, o livro foi considerado ultrajante, e o autor um excêntrico. A casa onde ele vivia chamava-lhe Ye Jave-le-Grande. Teve de mudar de casa e abandonou o nome que dava à casa onde viveu, para evitar insultos.

O segundo livro, 'A Descoberta Secreta da Austrália – A Façanha Portuguesa 250 anos antes do Comandante Cook (The Secret Discovery of Australia: Portuguese ventures 250 years before Captain Cook)' da autoria de Kenneth Gordon McIntyre, publicado em 1977, teve melhor receção. Chegou a ser prescrito em algumas escolas e, sendo McIntyre um bom comunicador, o seu livro teve grande cobertura na imprensa, na rádio e na televisão. Pode dizer-se que McIntyre foi a pessoa que mais promoveu na Austrália a descoberta da Austrália por Cristóvão de Mendonça. Começou por analisar o mapa

de Delfim. A grande contribuição do autor foi fazer a análise matemática da cartografia portuguesa do Século XVI e sua conversão para escalas modernas. Deste modo ele prova que o mapa de Delfim, publicado em 1536, revela a costa leste da Austrália como é terminando em Warrnambool. Estabeleceu também que o Mapa original foi executado por Cristóvão de Mendonça. Pesquisou pessoalmente arquivos em Lisboa, aprendeu português, leu o que João de Barros e outros escreveram e confirmou o que já referi, que Cristóvão de Mendonça recebeu instruções secretas para descobrir a 'Ilha de Ouro', ou seja a Austrália. É por essa razão que McIntyre deu ao livro o título de 'Descoberta Secreta'.

McIntyre descreve em detalhe o percurso de Cristóvão de Mendonça, e faz referência a dois eventos relevantes. Em 1847 foram encontradas cinco chaves na orla da baía de Corio, a quatro metros e meio da profundidade. La Trobe, que era o Superintendente da Colónia, teve conhecimento das chaves e, sendo culto, apercebeu-se que se tratava de coisa histórica, até porque ferro era alheio aos aborígenes. Fez um esboço detalhado, que se encontra na Biblioteca estadual de Victoria e pediu a vários especialistas para calcularem a idade das chaves, considerando que não existia a técnica do carbono. Um engenheiro civil estudou o assoreamento da área e a corrupção das chaves e calculou que as chaves poderiam ter 300 anos.

McIntyre assume que Cristóvão de Mendonça teria feito escala na baía, para repouso e reabastecimento e que lá teriam caído as chaves, considerando que a idade das chaves coincide aproximadamente com o ano de 1522, quando ele navegava naquela área.

O outro evento é mais significativo. Entre 1843 e 1890 foi visto nas dunas, perto de Warrnambool, o esqueleto de navio naufragado, e existem 27 descrições de pessoas que por lá passaram, assombradas pelo tamanho do navio, que nada se assemelhava aos baleeiros que eram conhecidos na região. Pelas descrições dos destroços e terem dito que a madeira era rija como mogno, o esqueleto ficou a chamar-se 'Mahogany Ship' (Barco de Mogno).

McIntyre é de opinião que os destroços pertenciam a uma

caravela de Cristóvão de Mendonça por duas razões. Primeiro, o mar naquela área é violento e nos séculos seguintes mais de cem navios lá naufragaram. Segundo, um dos mapas de Delfim da autoria de Jean Rotz, também produzido em Dieppe, termina em Warnambool. McIntyre assume que Cristóvão de Mendonça, tendo perdido um dos seus barcos e assustado com o perigoso mar teria voltado para trás, sendo essa a razão de o mapa de Rotz terminar em Warnambool.

O que resta agora, para provar a opinião de McIntyre, é encontrar os restos do 'Mahogany Ship' e estabelecer que datam de 1522. O problema é que já foram feitas inúmeras pesquisas, tendo até o governo do Estado de Victoria, em 1992, oferecido 250,000 dólares a quem encontrasse o 'Mahogany Ship', o que originou grande publicidade e pesquisa em grande escala.

Como os restos do legendário 'Mahogany Ship' não foram encontrados o assunto foi perdendo interesse, mas a contribuição de McIntyre não foi esquecida pelos portugueses e está perpetuada em Warnambool.

Em 1990, baseado no seu livro e a publicidade gerada à volta do 'Mahogany Ship', consegui obter a réplica de um Padrão, o qual foi erigido numa colina com vista soberba para o mar, na cidade de Warnambool. E em 1997 consegui obter os bustos de Vasco da Gama e do Infante Don Henrique, em bronze, através do Governador de Macau, General Rocha Vieira, os quais foram erigidos ao lado do Padrão. E lá organizamos o Festival Português de dois em dois anos, que atrai centenas de portugueses. Não podia ser dito que estes símbolos representam a descoberta da Austrália pelos portugueses, mas ficou gravado que celebram os navegadores portugueses que sulcaram os mares do sul. Resta dizer que tudo isto foi inspirado pelo esforço e promoção que McIntyre devotou à causa portuguesa.

Finalmente, temos a última palavra sobre a Descoberta da Austrália. Em 2007 Peter Trickett publicou o livro 'Beyond Capricorn' que prova, definitivamente, que Cristóvão de Mendonça descobriu a Austrália e executou mapas da costa. Já referi como o Rei Don Manuel I deu ordem real secreta,

para Mendonça descobrir a 'Ilha de Ouro', ou seja a Austrália. Também já sabemos, através de João de Barros, das partidas e chegadas de Mendonça. Mas nada sabemos, por documentação escrita, por onde andou nos intervalos, até porque isso era secreto. Trickett concluiu que Mendonça, quando partiu de Goa em Março 1521, primeiro descobriu e executou o mapa da costa oeste da Austrália. Sabe-se que regressou a Malaca em 10 de Janeiro 1522 para se reabastecer e partiu novamente para descobrir a costa leste e executar o mapa da costa. Trickett analisa com grande minúcia os mapas de Vallard que, como já repeti, foram executados em Dieppe em 1547. Compara os mapas de Vallard com mapas atuais e também com o mapa executado pelo Comandante James Cook da costa leste da Austrália, e confirma que os mapas de Vallard são autênticos. Mas a maior confirmação resulta do facto de os mapas de Vallard da costa australiana conterem 120 nomes de origem portuguesa. E a nomenclatura foi estudada por especialistas linguísticos, entre eles o Professor catedrático John Malony, da Australian National University, o qual comentou: 'os nomes não deixam qualquer dúvida que foram dados por navegadores portugueses e os mapas Vallard são baseados em mapas portugueses originais'. Já referi como os ingleses Sir Thomas Phillipps e Richard Major, em 1856 e 1861 respetivamente, publicaram provas que os mapas de Dieppe, tinham origem em mapas portugueses, e como isso não tinha sido bem aceite pelos ingleses.

Interessante também mencionar o episódio ocorrido com o Comandante James Cook. Como se sabe chegou à Austrália na primeira viagem em 1770. Quando navegava no norte de Queensland, de regresso a Inglaterra, o seu barco Endeavour chocou com rochedos e começou a meter água. A tripulação assustada e depois de estar freneticamente a extrair água do barco para não naufragar, implorou a James Cook que navegasse para terra, a fim de reparar o barco. Mas Cook ignorou a tripulação e continuou a navegar até que lançou âncora no estuário do rio que agora se chama Endeavour e o local Cooktown, lugar calmo e abrigado, ideal para reparar o barco. O que é relevante é que depois de

ancorar comentou: 'I found the channel very narrow and the harbour much smaller than I have been told'. (Achei o canal mais estreito e o porto de abrigo mais pequeno do que me foi dito).

Isto indica que James Cook sabia que o local existia e só podia saber através de mapas portugueses, porque mais ninguém tinha andado por aquelas paragens. Mas parece ninguém saber 'quem lhe disse' e como ele obteve a informação. O que se sabe é que Sir Joseph Banks, o biólogo que acompanhou Cook, teve em sua posse o Mapa de Delfim o qual ele doou ao Museu Britânico em 1790. Mas não se sabe quando o adquiriu e se o tinha consigo na viagem com James Cook.

Outro incidente que revela desonestidade ocorreu em 1619. O Comandante holandês Frederick Houtman navegando junto à costa da Austrália, a uns 400 km norte de Perth, encontrou um grupo de ilhas, que ficaram a ser conhecidas, até hoje, como 'Houtman Abrolhos'. Acontece porém que o mapa de Desceliers, produzido em Dieppe, em 1553, como já foi dito, baseado no mapa de Cristóvão de Mendonça, mostra as ilhas com o nome Abrolho. E este nome, que deriva de 'abre-olho' (o que significa abram os olhos, é zona perigosa para navegar) é bem português e não existe em outra língua. Curioso também, relacionado com este episódio, um irmão de Frederick Houtman, Cornelis, foi preso em Portugal porque foi encontrado a tentar obter mapas e informação sobre as rotas de navegação que os portugueses usavam para chegar às 'Índies', como eles chamavam a estas paragens. E Cornelis só foi libertado quando os holandeses pagaram avultada quantia a Portugal. Seja como for, o que é certo é que os holandeses já tinham mapas do que iam 'descobrindo'.

Mas a maior injustiça é mais recente. Em 2013 a National Library of Australia organizou em Canberra uma exposição, 'Mapping our World: Terra incógnita to Australia', na qual

exibiu mapas que considerou serem os primeiros da Austrália. O que é extraordinário é que em 2012, um ano antes, adquiriu o Atlas de Vallard o qual, como já tentei explicar, não deixa qualquer dúvida que foram os portugueses que executaram os primeiros mapas da costa australiana. Mas a NLA teve a imprudência de não exibir estes mapas. Exibiu, sim, mapas holandeses que classificou como sendo os primeiros. Quando o Diretor da Library foi questionado sobre a razão porque não exibiu os mapas argumentou que os mapas não eram originais e que o assunto estava sob consideração. Mas o que ele não disse é que os mapas que exibiu também não eram originais, sabendo-se que a maioria de mapas antigos são fac-símile de originais. Incrível a desonestidade que continua a repetir-se.

Resta dizer como se chegou à conclusão que foi Cristóvão de Mendonça o primeiro a descobrir a Austrália. Como se sabe ele recebeu ordem do Rei D. Manuel I para descobrir a 'Ilha do Ouro', ou seja a Austrália. Sabe-se também que se uma ordem do Rei não fosse cumprida, por qualquer súbdito do reino, este sujeitava-se a castigo que podia ir até pena de morte, como aconteceu em alguns casos documentados. Ora se Cristóvão de Mendonça não tivesse cumprido a ordem régia, quando regressou a Portugal em 1524, poderia não lhe ser aplicada a pena de morte, mas certamente que seria despromovido e perdido todos os privilégios de que gozava. E nada disto aconteceu. Em 1527 o Rei nomeou-o Governador de Ormuz, na Índia, o que não teria acontecido se ele tivesse falhado o que lhe foi ordenado.

Finalmente gostaria de sugerir que Portugal erigisse um monumento em Lisboa, em homenagem a Cristóvão de Mendonça, na área da Torre de Belém ou do Monumento das Descobertas e dizer à Holanda e Inglaterra que não foram eles que descobriram a Austrália.

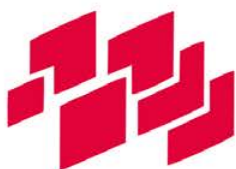


Carlos Pereira de Lemos
Cônsul Honorário de Portugal 1988-2019

CONSULTORIA FISCAL E DE GESTÃO

Ao seu Lado
acompanhando
o seu negócio
quer seja desenvolvido
em nome pessoal ou
através de uma
sociedade de forma
personalizada

As áreas de suporte
e apoio à gestão
são ajustadas às suas
necessidades
potenciando o seu
negócio tendo
em conta a nossa
experiência
internacional.



cisterdata
c o n s u l t i n g

Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH

Apoiamos a nossa atividade há já duas décadas
a partir das cidades de Lisboa, Paris, Marraquexe.



Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

OS MEDIA DE LÍNGUA PORTUGUESA PELO MUNDO

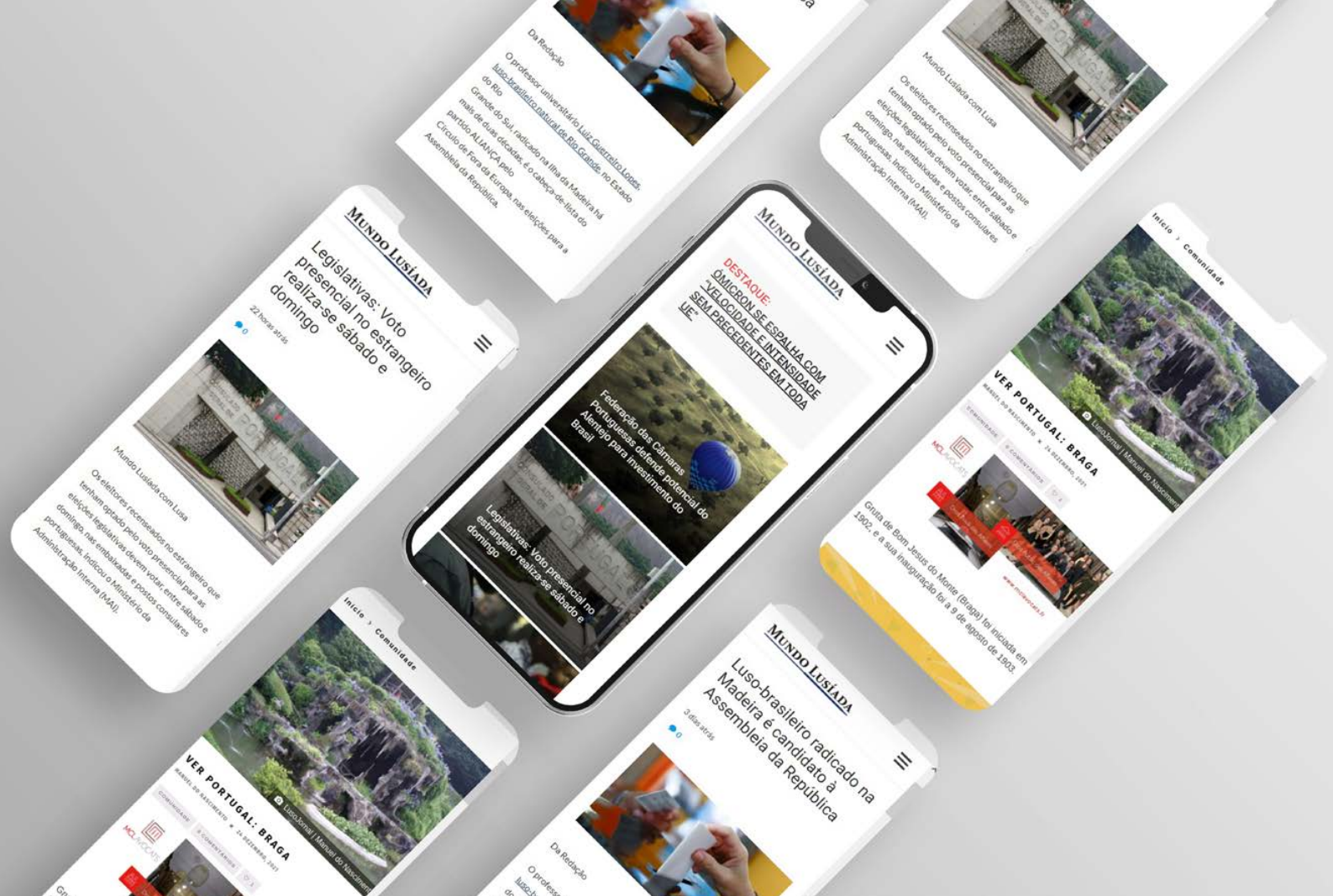
Mundo Lusíada

Brasil



Edição Digital
10.000 utilizadores
Alcance de Público:
Brasil e Portugal
Completa este ano 24 anos





Como, onde e quando nasceu o Mundo Lusíada?

Odair Sene: O Mundo Lusíada nasceu justamente pela falta de uma mídia com linha editorial mais séria do que as tradicionais da época que costumam (ainda) a cobrir apenas eventos baseados em almoços das associações, muitas das vezes com publicações sem cunho jornalístico e com conteúdos mais modestos. Nossa publicação teve origem em São Paulo e cresceu a partir de São Paulo, tendo atualmente assinantes na maioria dos estados do Brasil. O Mundo Lusíada atua no mercado luso brasileiro desde 1º de setembro de 1998.

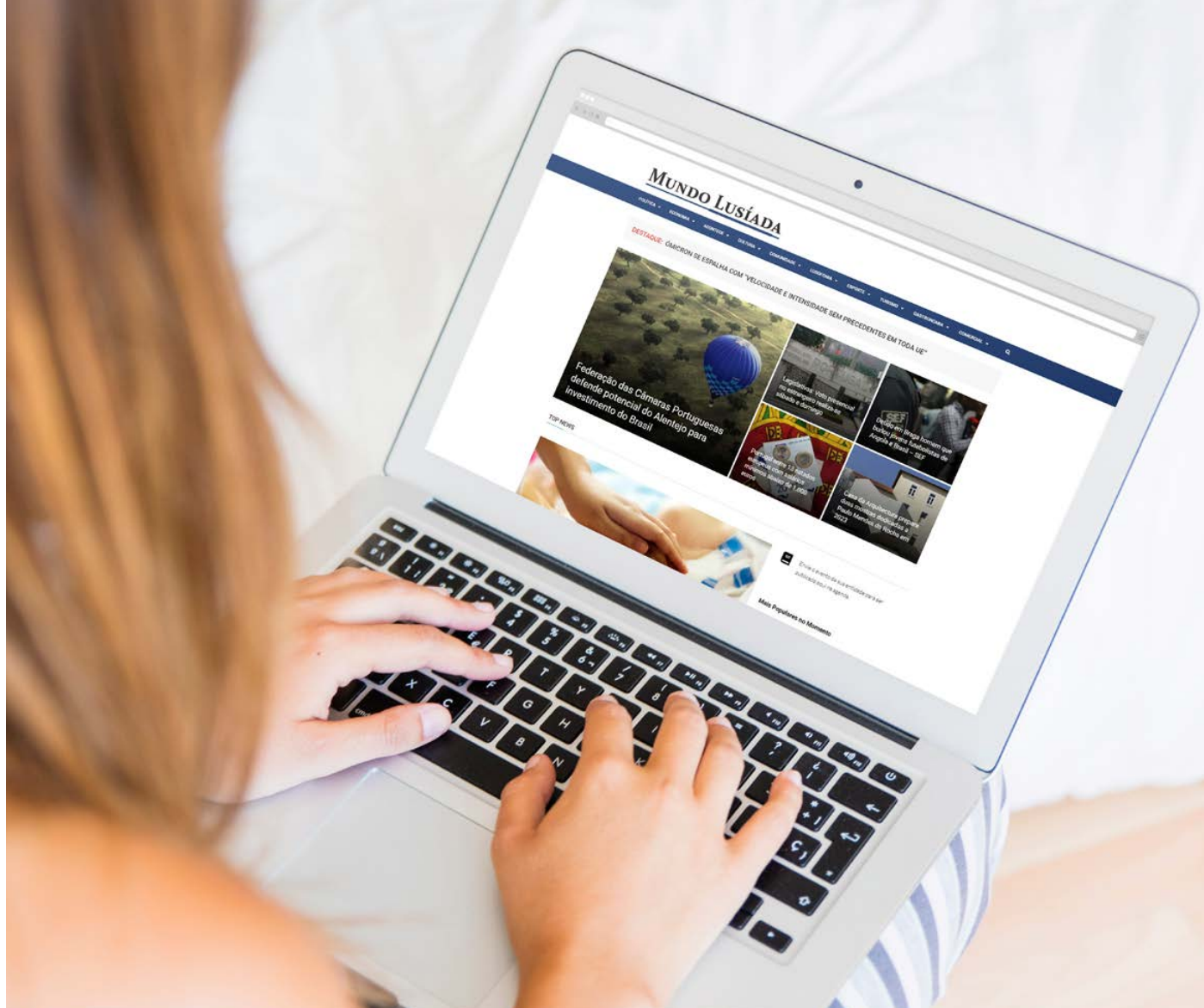
Mantém um portal: <https://www.mundolusiada.com.br/> com mais de 11 mil páginas publicadas.

Nosso maior trunfo entre todos os chamados mídias lusófonos, é que estamos no maior país de língua portuguesa do mundo com mais de 200 milhões de falantes. E a grande van-

tagem disso, é que falamos o mesmo idioma e a outra grande vantagem disso, é que o Brasil é o único país do mundo que tem o cidadão português como um irmão e não como um estrangeiro – e isso só acontece no Brasil, onde se quer, pode-se saber com precisão quantos portugueses vivem nesta grande nação.

Quais são as principais temáticas tratadas na edição impressa e na online? Quais os principais traços que as distingue?

Odair Sene: O Mundo Lusíada tem dois compromissos primordiais: divulgar a cultura portuguesa mantida pelas entidades luso brasileiras e também trazer para esta comunidade, os assuntos mais relevantes de Portugal no momento. Além de estar desde o início empenhado na divulgação da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e os princi-



<https://www.mundolusiada.com.br>

país destaques do noticiário de Portugal e Brasil. Pela linha editorial ser tratada com muito cuidado, temos dado sempre espaço para as questões políticas e económicas do Brasil e de Portugal. Isso nos fez ser reconhecidos pelos diversos Governos. E ao longo dessas duas décadas já participamos de encontros de comunicação social em Lisboa, no Porto, nos Açores, e até em Macau.

Acha que o jornal impresso vai acabar nos próximos anos? O digital já é sustentável?

Odair Sene: Sobre a existência do impresso, é uma pergunta difícil de “cravar” uma resposta. O mundo pergunta isso há cerca de 20 anos. Acho que teremos seguimentos mais fortes que manterão sim. Mas muitos seguimentos mais fracos, se já não migraram, vão migrar para o digital, sem dúvida. Neste assunto eu ainda poderia apostar que muitos jornais

considerados “grandes” no Brasil, Europa, Estados Unidos, enriqueceram enormemente ao longo de décadas, com volumosos subsídios públicos e, com essas condições também conquistaram fatias importantes nos mercados onde atuam. Já nos dias de hoje, governos estão tendendo a parar de “alimentar” este chamado “fogo-amigo” da grande mídia. No Brasil já cortam vultosas quantias que antes iam para os grandes jornais, revistas e televisões. Portanto eu acho que tem muita mídia grande empenhada em criar estratégias de sobrevivência para não morrer antes da hora. Por outro lado, a mídia digital é tão real e ativa que podemos cravar a tendência de vermos cada vez menos matérias longas, textos mais enxutos, curtos e os vídeos sobressaindo em todas as áreas. Tanto é que atualmente o YouTube já tem mais audiência do que as redes de televisão. E por isso vem atraindo um volume gigantesco de anunciantes. É a tendência!



Odair Sene, Fundador e Diretor do Mundo Lusíada

Durante estes anos com certeza que surgiram histórias de cumplicidade com os vossos leitores. Conte-nos alguma que tenha ficado na memória.

Odair Sene: Acho que todo jornal acaba criando cumplicidade, porque cria “confiança” e depois disso cria longas amizades e vem a cumplicidade, sem dúvida. No Mundo Lusíada acho que o melhor exemplo que eu tenho para dizer, são os vários e vários assinantes, e o vários e vários anunciantes que estão connosco no jornal há mais de DEZ ANOS!! Quer maior cumplicidade que isso?

Que futuro ambiciona para o Mundo Lusíada?

Odair Sene: Falando muito sinceramente penso que o futuro vai ser estruturar melhor nossa área digital, que já tem o maior portal de notícias lusófonas do Brasil (e eu não conheço outro portal deste seguimento na América Latina) – estruturar melhor, fazer isso ser realmente a grande referência para o cidadão luso brasileiro (segundo análise de um jornalista da RTP, já somos) – e manter o impresso como um “resumo” do que tem de mais importante no online. Aumentando a receita do digital e assim tirar um pouco o foco do impresso.

| ARTES E ARTISTAS LUSOS

Tutu Sousa

[Instagram](#)

[Facebook](#)



Nascido a 16 de Dezembro de 1974, em São Vicente, Cabo Verde e vive na Cidade da Praia desde os seus 2 anos de idade. Fez, em Lisboa, em 1996, o curso de Edição Eletrónica para Artes Gráficas. Frequentou vários Workshops de arte senegalesa, autodidata no domínio da pintura e da escultura, no seu percurso, contam-se várias exposições individuais e coletivas em várias ilhas de Cabo Verde, e em alguns países europeus, nos EUA e em Macau / China, para além de realização de dezenas de pinturas de murais e decorativas como nos Aeroportos Internacionais Nelson Mandela na Cidade da Praia e Amílcar Cabral na Ilha do Sal, na Cidade Fort France em Martinica. Ao comemorar 25 anos de carreira, dá início a um projeto pessoal Rua d'ARTE, uma galeria a céu aberto com objetivo de promover a arte e a cultura e também promover a união entre artistas. Foi nomeado Embaixador urbano pela ONU em 2017 pelos trabalhos realizados em prol das cidades. Homem do ano 2017 na Gala Somos Cabo Verde, distinguido com o prémio "África is more" em 2019. Autor do projeto Street Art intitulado "Filhos do Mar" em Terra Branca – Praia 2020/2021.

Como nasceu a paixão pela pintura?

Desde criança fui incentivado pelo meu pai a desenhar, mais tarde comecei a ter contactos visuais nas casas dos meus tios na ilha do Sal, com obras de artistas caboverdeanos como Kiki Lima, Leopoldina Barreto, isso nas férias escolares e nessa altura fazia exercícios de desenho e pintura comum primo meu que também gostava de desenhar e pintar. Na cidade da praia conhecia os trabalhos do artista Domingos Luísa que na altura tinha várias obras espalhadas pela cidade e também na sede da OPACV, onde sempre eu frequentava porque ali havia uma pequena biblioteca onde podia encontrar livros de arte. Sempre incentivado pelo meu pai passei a frequentar o Atelié Pé di Polon do artista Mário Rito no Parque 5 de Julho na Cidade da Praia, mas por pouco tempo porque o artista tinha outros compromissos e ficava praticamente sozinho a desenhar e a ver/ler os livros de escultura que havia nos estantes quase sempre desarrumado do atelié.

Quais foram as principais influências das artes plásticas na sua pintura? Porquê?

As minhas principais influencias foram dos grandes mestres da pintura mundial, DALI, PICASSO, LEONARDO DA VINCI e também dos artistas cabo-verdianos acima referidos, o Kiki Lima a Leopoldina e o Domingos.

Os grandes mestres porque sempre admirei as obras deles e procurava detalhes, movimentos em cada pincelada, muitas vezes tentei reproduzir parte dessas obras numa espécie de investigação técnica, no fundo eram aulas de arte que infelizmente eu não tinha e que sozinho tentei aprender.

É possível para um jovem artista viver só da pintura em Cabo Verde?

Primeiro é preciso ter muita coragem para fazer isso, visto que o nosso mercado é limitado. Para fazer isso é preciso fazer um percurso, ser reconhecido a nível nacional e internacional, en-

trar nos mercados de arte. Também é preciso fazer um trabalho com identidade próprio, ter qualidade e trabalhar a sua temática, saber conjugar o teu percurso e o valor das tuas obras no teu mercado principal. Também temos que contar com a sorte.

Para que outros artistas possam seguir o seu exemplo, conte-nos como foi o seu percurso profissional até chegar ao reconhecimento e notoriedade internacional?





Eu teria que escrever aqui centenas de linhas (risos), resumo, trabalhei com seriedade, procurei a minha própria identidade artística, antes eu era mais surrealista, fiz retratos, caricaturas, abstrai muitas vezes, fiz murais na cidade da praia, chegou o momento de tirar proveito de todas as fazes do meu percurso aproveitando o facto de também ser design gráfico e simplifiquei os meus traços criando essa identidade que tanto procurei. Com a Street Art a ganhar o seu mercado ficou mais fácil, pouco a pouco fui abrindo caminho para minha internacionalização.

Quais são, para além obviamente da escala e dos materiais a usar, as diferenças entre uma pintar uma tela e um mural? Em qual dos suportes acha que o seu trabalho artístico se revela mais e qual lhe dá mais prazer em pintar?

Pois além dos materiais são as técnicas, saber tirar proveito dos diferentes suportes. Adoro fazer murais, pena que a sua durabilidade é limitada, é triste ver um trabalho a perder com o tempo por isso prefiro as telas.

Há uma procura constante de representar nas suas obras a cultura cabo-verdiana. É uma forma de dar a conhecer ao mundo, Cabo Verde e as suas gentes?

Sim, é natural essa representação é basta ver de onde sai a minha inspiração, na música, no mar e na mulher.

A música porque me acompanha e todas as fazes da minha vida, quando eu tinha os meus 14 anos queria ser músico, aprendi um pouco do piano, da guitarra, percussão, amo a morna o funaná e o batuque, mas também a boa música mundial, do fado o flamengo



o reggae, o zouk, o jazz, enfim amo a música. O mar porque Cabo Verde é um arquipélago assim como os Açores e a Madeira. A mulher que me deu a luz e que me seduz.

Um dos seus projetos passa por lançar uma escola de Arte. Está para breve esse projeto?

Tenho pensado muito nisso, mas com essa pandemia que teima em complicar o mundo prefiro deixar para depois disso acabar.

“Rua d’Arte” que é já uma atração turística e um local de visitas de estudo em Terra Branca. Qual foi a ideia inicial e como se transformou num local de visita obrigatória?

Inicialmente a ideia era transformar a rua numa galeria de arte a céu aberto, aos poucos foi ganhando

a sua visibilidade então apresentei a Câmara Municipal da Praia a ideia de a transformar numa Rua pedonal e foi aceite, hoje a rua tem um nome “Rua d’Arte” e ganhou o seu destaque na cidade com várias visitas diárias através das agências de turismo e não só.

Fale-nos um pouco da Gallery Art Tutu Sousa, os seus objetivos e o futuro que espera para a galeria.

Sempre sonhei ter a minha própria galeria de arte porque fazia falta na cidade, as poucas galerias existentes sempre apresentaram algumas limitações seja ela com a localização, a administração ou a visibilidade, então aproveitei o facto de a minha casa estar localizado na Rua d’Arte, e transformei o Rés do chão numa galeria de arte com objetivo de promover a minha arte e também a arte de outros artistas nacionais e não só. Aqui já fizemos várias atividades,



com crianças, com idosos, com os grandes nomes da nossa música, com a dança, a escultura, a cerâmica, enfim sempre com esse propósito de promover artistas e arte.

Projetos para 2022?

Para 2022 procuro alcançar novos mercados da arte mundial, tudo vai depender da pandemia, mas acredito que vou conseguir.

Qual é o seu maior sonho?

O meu maior sonho é ver a paz no mundo, um mundo igual para todos.

Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

Sejamos todos uma única família, a família de artistas. Partilhemos a nossa arte.



Terry Costa
Presidente do Conselho Cultural da AILD



LITERATURA PORTUGUESA

Florbela Espanca

II Parte

Alma alentejana

Quando se fala de tristeza e melancolia em Florbela, não podemos deixar de pensar na sua alma alentejana. Na influência da paisagem alentejana no seu perfil psicológico, nos seus humores, nos seus estados de alma, no seu olhar sobre a vida e o Mundo. Influência que se faz presente na sua obra. Porque a escrita de Florbela não aborda apenas os sentimentos de amor e desamor, de tristeza e paixão, de ambição e frustração, ou mesmo do seu percurso de vida. Florbela amou o seu Alentejo e daí partem muitas das suas metáforas, muitas imagens refletidas na sua expressão artística. Há uma subjetividade nos seus escritos: poesia, con-

tos, cartas que transportam as imagens do seu Alentejo vivido, sonhado, imaginado, recriado.

São muitos os poemas e textos que Florbela lhe dedica, terra de charneca erma e de saudade, a charneca onde nasceu sua alma triste, trágica, selvagem. A charneca imensa, simples, mas bonita. Como ela mesma disse, a charneca é como ela “uma revoltada, sem gestos e sem gritos”. Misteriosa, vibrante, «... *toda ela é cor, vida, chama e alvoroço, contido e encadeado por uma secreta maldição*». Assim, ela se vê espelhada no seu Alentejo. A sua obra acaba por reescrever a poética dos espaços, atribuindo-lhe sentimentos, emoções e outras

Três poemas de Florbela Espanca



POBRE DE CRISTO

O' minha terra na planície rasa,
Branca de sol e cal e de luar,
Minha terra que nunca viste o mar,
Onde tenho o meu pão e a minha casa.

Minha terra de tardes sem uma asa,
Sem um bater de folha... a dormir...
Meu anel de rubis a flamejar,
Minha terra mourisca a arder em brasa !

Minha terra aonde meu irmão nasceu,
Aonde a mãe que eu tive e que morreu
Foi moça e loira, amou e foi amada !

Truz... Truz... Truz... — Eu não tenho aonde me acoite,
Sou pobre de longe, é quase noite,
Terra, quero dormir, dá-me pousada !...

características humanas. Florbela adorou o seu Alentejo, onde nasceu, cresceu e, claro, absorveu a cultura e costumes da terra em que estava inserida. Porque os nossos valores não são apenas uma coleção de sentimentos, mas são também a história da nossa vida, a história do espaço onde crescemos e, também, a história do nosso país, do seu desenvolvimento, da sua política, das suas revoluções, dos seus questionamentos sociais.

Quantas vezes o seu «*Eu é o Eu do Alentejo*»?

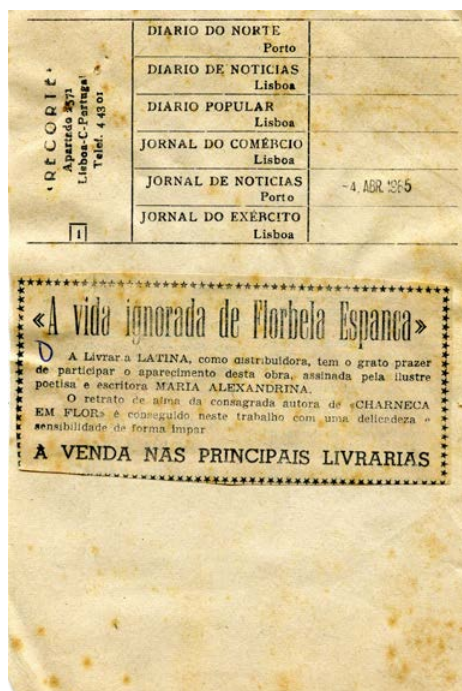
Sim, porque se encontramos vezes sem conta imagens do eu na poesia e outros escritos de Florbela Espanca, reconhecemos que muitas vezes são as imagens do Alentejo transfiguradas na sua escrita, no seu esteticismo, como se descrevesse sentimentos, emoções, quadros da vida através de imagens da paisagem alentejana. Há uma espécie de identificação com a terra que a viu nascer e crescer.

«Amigo longínquo e querido:

Apresento-lhe a charneca ao entardecer, a minha triste charneca donde nasceu a minha triste alma. Selvagem e rude, patética e trágica, tem a suprema graça, cheia de amargura, dos infinitamente tristes, a quem foi negada a doçura das lágrimas. É enorme e é simples; fala e escuta. O que eu lhe tenho ouvido! O que eu lhe tenho dito! Toda morena do sol, que a queima em verões sem fim, e como eu uma revoltada, sem gestos e sem gritos. Nesta hora do entardecer, toda ela palpita em misteriosas vibrações, toda ela é cor, vida, chama e alvoroço, contido e encadeado por uma secreta maldição!

Mas como ela é bonita, a minha charneca!» (1)

A charneca alentejana é símbolo da alma insatisfeita e revoltada de Florbela. Projeta a sua aspiração pelo ideal, pelo sonho, pelo imaginário, por esse desejo do absoluto, quer na vida em geral, quer no amor, quer em relação ao outro. Assim, como sempre desejou ver o seu eu, o culto de si mesma espelhada no outro, assim, ela se apropria das características da terra alentejana, da sua morfologia, da sua geografia, das cores, das flores, das árvores, do clima solarengo, mas que castiga, do espaço de infinitude, mas que aprisiona, que é pequeno para os que se vêm limitados pela dureza da região. Toda esta natureza é derramada para o esteticismo da sua obra, para uma construção saudosista do Alentejo, transfigurando-os em sentimentos, em alusões ao corpo, à sensua-



lidade, aos cheiros, aos humores e estados de alma, a beleza e aspereza da vida, aos que como ela têm uma alma que transborda de si, que deseja sempre estar para além dos limites impostos, que tem dificuldade em aceitar as regras e contingências, sobretudo no que diz respeito a uma mulher, impostas por uma sociedade reacionária e patriarcal. Por isso, foi ignorada em vida e muitas vezes após a sua morte, pelos seus

pares, pelos críticos literários, pela igreja e moral católica. Esta ligação espacial de Florbela com o Alentejo, apesar de ainda jovem ter ido para Lisboa para estudar Direito, por aproximadamente 6 anos e, ainda antes, ter ido viver para o Algarve com o seu primeiro marido, e ter depois “vagueado” por outras pequenas terras como Matosinhos, Esmoriz ou Gonça, por motivos amorosos ou de saúde é perfeitamente

natural, tendo presente que foi nessa região que viveu os momentos felizes da sua infância brincando pelos campos com o seu irmão Apeles, e daí vêm as saudades que aquecem o coração, mas também os tristes e difíceis dias da adolescência. Com efeito, é este Alentejo que vai formar a sua consciência, o seu imaginário e, que de algum modo acaba por se tornar em fonte de inspiração para a sua obra.

Esta ligação, que já é legível nas suas obras anteriores, particularmente em *Sóror Saudade*, torna-se mais acentuada e expressiva no seu livro *Charneca em Flor*, obra publicada postumamente em 1930, 1.^a edição e que terá no mesmo ano uma 2.^a ed. publicada junto com *Reliquiae*, por iniciativa do professor italiano Guido Battelli, grande amigo de Florbela, que a conheceu já perto da morte.

E é em *Charneca em Flor* que se aprofunda a descrição da paisagem alentejana numa clara fusão entre natureza e sujeito poético. Sujeito poético que, por vezes, se apresenta em perfeita harmonia com a natureza, outras vezes, em oposição e grito contra essa mesma natureza.

É já a charneca de uma Florbela desesperada, triste e doente. Uma imagem viva dos seus sentimentos dos últimos anos. De uma alma insatisfeita, uma alma sangrenta que não soube adaptar-se nem ao mundo, nem aos outros, antes pelo contrário, desejando sempre que os outros se conformassem aos seus ideais imaginados e irreais.

A mesma expressão ambígua de Florbela que se manifesta na descrição da natureza, umas vezes doce, outras amarga, é também a expressão poética do seu trágico, da sua alma atormentada, sedenta e triste.

Charneca em Flor

Enche o meu peito, num encanto mago,
O frémito das coisas dolorosas...
Sob as urzes queimadas nascem rosas...
Nos meus olhos as lágrimas apago...

Anseio! Asas abertas! O que trago
Em mim? Eu oiço bocas silenciosas
Murmurar-me as palavras misteriosas
Que perturbam meu ser como um afago!

E, nesta febre ansiosa que me invade,
Dispo a minha mortalha, o meu burel,
E já não sou, Amor, Soror Saudade...

Olhos a arder em êxtases de amor,
Boca a saber a sol, a fruto, a mel:
Sou a charneca rude a abrir em flor!

Florbela Espanca, in: *Charneca em Flor*

(1) Espanca, Florbela, Carta da Herdade



Áurea Pinto Sá

Câmara Municipal de Matosinhos. Divisão de Bibliotecas e Arquivo.
Biblioteca Municipal Florbela Espanca

A M B I E N T E

Crescimento económico e ambiente

Um equilíbrio na corda bamba!

O crescimento económico exerce, regra geral, uma forte pressão sobre a produção e o consumo de recursos, sejam eles renováveis ou não renováveis, cujos custos acabam sempre por ser imputados, directa ou indirectamente, ao meio ambiente. Desde a segunda etapa da Revolução Industrial, entre 1860 e 1900, até à actualidade, a extracção de recursos aumentou dez vezes e, prevê-se que até ao ano 2030, duplique. A manter esta tendência, a cadeia

de exploração e fornecimento entrará em colapso, pois, não existem modelos de crescimento infinitos num planeta de recursos finitos.

O crescimento económico está muitas vezes alinhado com o “progresso”, com a criação de emprego e com melhores salários. É comum pautar os níveis de desenvolvimento dos países, tomando por base o seu crescimento económico. Todavia, os impactes ambientais re-

sultantes desse mesmo crescimento são muito elevados e traduzem-se em altos níveis de poluição, no aumento do consumo de recursos não renováveis, na perda de habitats e no aquecimento global. No entanto, importa ressaltar o seguinte: é possível reduzir a poluição e até aumentar a produção, através do desenvolvimento e implementação de novas tecnologias.

É imperativo o desenvolvimento de modelos económi-





cos assentes na sustentabilidade, com reduzidos impactes ambientais e sociais. Assim como também urge o desenvolvimento de uma consciência assente na racionalização dos padrões de consumo. Viver bem, não é, necessariamente, gastar mais! A ideia de que, uma economia em crescimento contínuo melhora a vida da sociedade é, profundamente, errada.

O crescimento económico, baseado na relação consumo-produtividade, gera uma necessidade constante de se pro-

duzir mais, para se consumir mais, que por sua vez vai originar novas necessidades de produção, num processo contínuo e ininterrupto de geração de novas necessidades.

Nesta lógica de mercado capitalista, a palavra de ordem é crescer, não importa o quê, nem como, nem onde, nem para quem. Crescer, não para dar resposta e alimentar as necessidades humanas, mas antes, para alimentar a lógica do lucro capitalista. Cria-se a falsa convicção de que, a posse de bens materiais se traduz no correspondente status social da pessoa.



Não raras vezes, os custos ambientais e sociais do “desenvolvimento” são muitas vezes pagos pelas populações mais vulneráveis, pelos mais pobres, pelos que não conseguem fazer ouvir a sua voz contra os grandes interesses económicos instalados.

Nos últimos anos, tendo como objectivo a redução da poluição e da exploração de recursos naturais, os governos adoptaram um sistema baseado na aplicação de impostos ambientais. Todavia, o princípio do poluidor-pagador assenta numa falsa premissa, no que à protecção ambiental diz respeito, pois não reduz a pressão sobre os ecossistemas, nem protege o meio

ambiente. Trata-se de um “salvo-conduto” que permite ao seu portador a possibilidade de poluir, pagando.

Nesta busca contínua de “desenvolvimento” e “crescimento”, a Terra tem sido, muitas vezes usada, como um depósito, do qual se pode extrair tudo e, no qual, do mesmo modo, se pode depositar tudo, após uso.

É importante salvaguardar os ecossistemas e garantir que, devido aos impactes resultantes do crescimento económico, não ficarão irremediavelmente destruídos. O crescimento económico e o ambiente, caminham, lado a lado, num periclitante equilíbrio em cima da corda bamba.

O autor não aderiu ao novo acordo ortográfico



Vítor Afonso
Mestre em TIC

POESIA

Leve, Leve, o Luar

*Leve, leve, o luar de neve
goteja em perlas leitosas,
o luar de neve e tão leve
que ameiga o seio das rosas.*

*E as gotas finas da etérea
chuva, caindo do ar,
matam a sede sidéria
das coisas que embebe o luar.*

*A luz, oh sol, com que alagas,
abre feridas, e a lua
vem pôr no lume das chagas
o beijo da pele nua.*

Afonso Lopes Vieira

| SAÚDE E BEM ESTAR

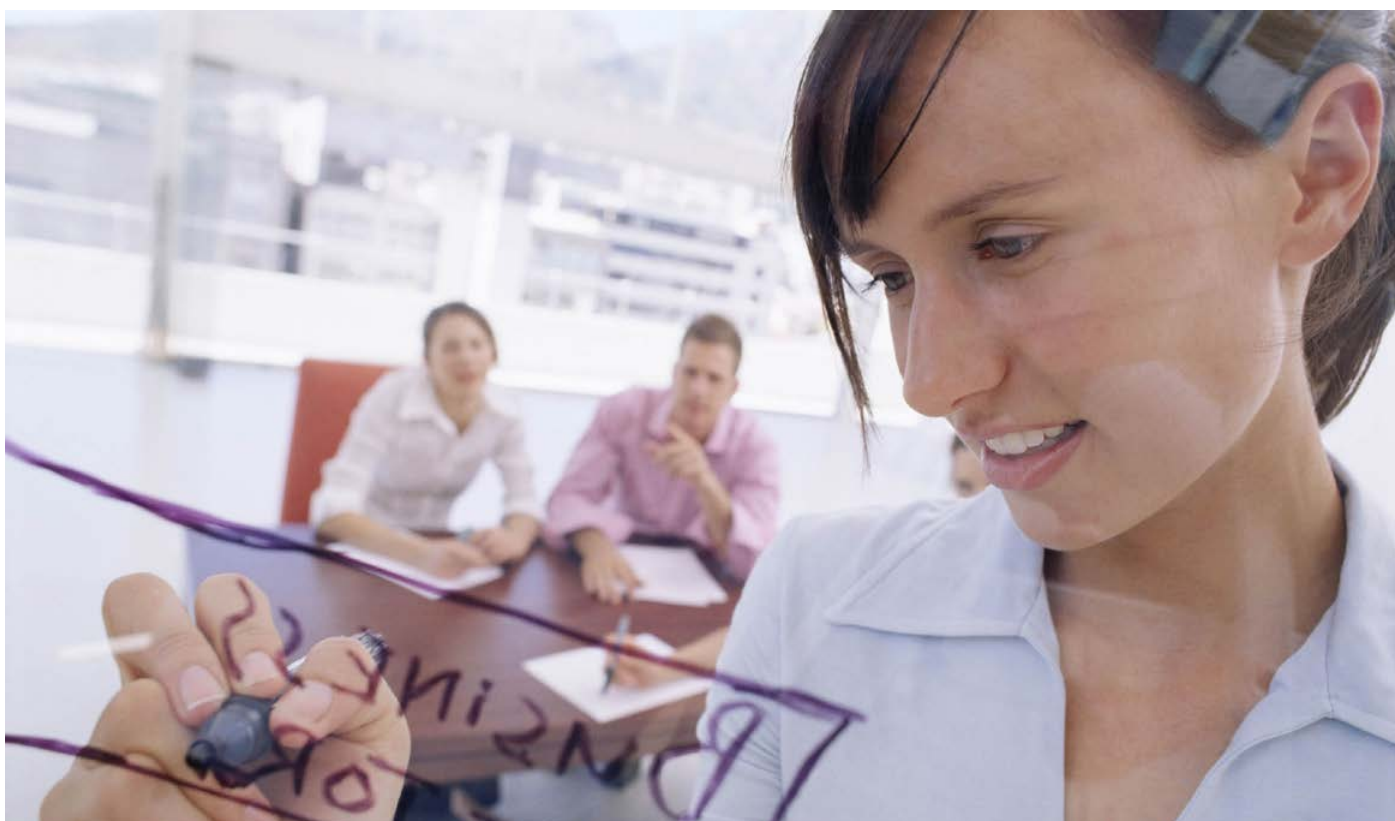
Depois da Pandemia

Tendências e desafios na Gestão das Pessoas



Somos seres de metamorfose ininterrupta e no tempo atual, pelo qual um certo nível de tensão é esperado para que novos significados possam fluir, a gestão de pessoas resume-se a movimento e transformação. A mesma ten-

são que desorganiza também organiza gerando criatividade, caos ou sabedoria. As práticas de Recursos Humanos (RH) têm de ser mais impactantes do que nunca para podermos manter os negócios atualizados, as empresas



proativas. Atrair e formar de certa maneira novos talentos é o grande impulsionador de crescimento.

1. Preparação da Força de Trabalho

O aperfeiçoamento das habilidades para desenvolver a competência do seu colaborador é um desafio prioritário. As empresas devem incentivar os seus funcionários a aprimorarem o seu nível de qualificação e tendo em consideração o ambiente tecnológico em rápida mudança. Ter experiência em apenas um campo não favorece o encontro com novas valências. Para extrair o melhor da equipa é decisivo o trabalho colaborativo até porque incentiva a eficiência e a produtividade. As exigências ocorridas levaram as empresas a transitar para o trabalho remoto que, sem dúvida, oferece melhor flexibilidade sem induzir reper-

cussões na produtividade. No entanto, a constituição de equipas virtuais não faz sentido se indissociável de uma preparação e manutenção presencial, o que evidencia a relevância das soluções que estimulam o trabalho em equipa para maximizar os resultados a partir de um relacionamento sempre melhor.

Os novos hábitos indicam será cada vez mais frequente o trabalho remoto e flexível suscitado pelo aproveitamento recente da tecnologia, mídia social e plataformas de comunicação.

2. Inteligência Artificial

Uma forma de aperfeiçoar a cultura da empresa é aumentar a experiência dos seus colaboradores. As tecnologias baseadas em AI continuarão a aumentar em todo o setor de gestão de pessoas, o que tem uma ampla gama

de impactos. A Inteligência Artificial (AI) tem diversas áreas de aplicação, por exemplo o Machine Learning as a Service (MLaaS), que pode ser incorporado às novas tecnologias de RH redefinindo todas as suas funcionalidades.

Gradualmente a IA esta a ser implementada para substituir agentes humanos de atendimento ao cliente. Apesar de esses 'bots' estarem preparados para responder a perguntas economizando custos ainda é necessária a presença de uma equipa de atendimento presencial. Usar a AI elimina a necessidade de responder a perguntas repetitivas libertando os membros da equipa para responde a perguntas mais complexas, consequentemente, manter os clientes satisfeitos.

Como em outros departamentos os



profissionais de RH devem tomar dezenas de decisões cujo impacto na direção da empresa pode ser determinante para conseguir vencer num ambiente cada vez mais competitivo e dinâmico. O constante desenvolvimento organizacional é elemento essencial de mudança pelo que é inadiável alinhar a cada momento os processos internos com a estratégia. Uma gestão de RH baseada em dados permite equipar a organização com habilidades e conhecimento para prosperar.

3- Estratégias Data-driven

A implementação de estratégias data-driven influencia a qualidade desde o e-recrutamento de aceitar ou não candidatos à escolha de planos de benefícios e vantagens no local do trabalho ao planeamento de eventos ou avaliação de desempenho.

O uso de métricas e análise de dados fornece informação mais objetiva e pode atenuar o efeito de suposições. Existe

uma grande quantidade de informação que pode ser medida. A implementação de um conjunto de métricas relevantes pode fornecer uma visão sobre a eficiência e o impacto da workforce uma vez dividida em três dimensões; (1) Métricas de performance (2) métricas de workforce e (3) métricas de recrutamento.

A função de RH deve através da sua transformação digital otimizar a eficiência operacional, recorrendo à análise de dados para simplificar ou mesmo automatizar operações de gestão.

A escolha de soluções ajuda a gestão a expandir o seu leque de aplicações automatizar tarefas para melhorar a eficiência de equipas permitindo estas se focarem em tarefas de maior valor acrescentado.

4. Estruturas organizacionais Mais Planas

As estruturas socio-organizacionais deve agora ser mais planas, com menor distância hierárquica. Como uma li-

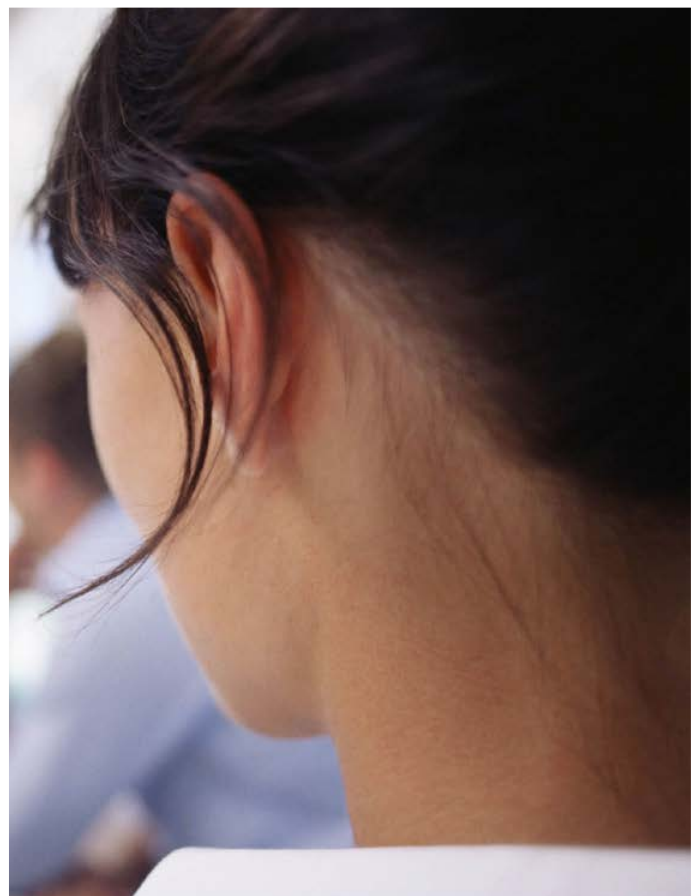
derança que possa prosperar num ambiente mais multifuncional e colaborativo, e assim beneficiar de uma menor burocracia, melhor comunicação e capacidade de tomar decisões. Naturalmente os níveis de responsabilidade são mais elevados em organizações planas, matriciais, reduzindo níveis excessivos de gestão. Também proporciona um ambiente de trabalho mais flexível e ajuda a reter colaboradores talentosos. Os jovens desejam horários mais ajustáveis para terem uma vida social.

Percebendo deste facto as empresas vão começar a reajustar a sua política de regime de trabalho pois se permanecerem inflexíveis tendem a perder talento. É um desafio interminável melhorar a experiência de trabalho. Pois estes esperam desfrutar, sempre nesta era de digitalização, de uma experiência melhor. À medida que nos vamos

aproximando do 'Talent Cliff' devem as organizações se preparar para a reforma de grande parte da força de trabalho da história. Coaching, Mentoring, e job shadowing são as dimensões pelas quais as organizações podem gerir a transição para as expectativas da geração Z e dos millenials.

Muitas empresas desesperadas com a saída de talentos desenvolvem programas de trainees com o intuito destes adquirirem boas práticas para impactar positivamente o negócio.

É importante desenvolver estratégias que possam garantir que as novas gerações entre na força de trabalho. Espera-se que os estilos de liderança evoluam para permitir que os colaboradores tragam novos conhecimentos para a organização.





5. Equilíbrio de gênero – Liderança

O líder ‘herói’ destrói a criatividade da equipa. A crença que o líder pode fazer tudo melhor que ninguém acaba por ser a causa da inibição da produtividade da workforce. A pessoa mais inteligente deve agora procurar resposta no grupo dos seus subordinados diretos.

O facto de existirem diferenças de género tem sido comprovado que a representação feminina em equipas de liderança melhora os resultados das organizações. Para as mulheres a comunicação é antes de mais uma ferramenta para aperfeiçoar as conexões sociais. Para criar relacionamentos, são genericamente mais expressivas. Em termos gerais os homens usam a linguagem para exercer domínio e alcançar resultados mais objetivos e tangíveis. Estas diferenças de género não diferem apenas na maneira com comunicamos mas também na maneira como tentam influenciar.

Foi comprovado que a forte representação feminina num programa de desenvolvimento de liderança bem-sucedido as diferenças entre homens e mulheres complementam-se em termos de táticas de influência e tem implicações resultantes dos estereótipos no local de trabalho. Importa

orientar para o desenvolvimento de habilidades sociais, pois à medida que o papel de um líder migra para equipas de gestão de diversos membros, heterogéneas, com diferentes habilidades técnicas e áreas de especialização, haverá maior ênfase na necessidade desses líderes desenvolverem suas ‘habilidades pessoais’, tipos de habilidades incluem inteligência emocional, criatividade, adaptabilidade e gestão de tempo. Os funcionários podem aprender até as mais difíceis tarefas, as habilidades específicas necessárias para cumprir a sua função, mas habilidades sociais e interpessoais são aprendidas com o tempo.

Investir no desenvolvimento de formação de habilidades sociais resulta no aumento do potencial de liderança e desempenho no trabalho. À medida que a função de RH gravita para o centro das organizações os diretores de RH são chamados para as decisões gerais, para criar modelos operacionais que impactem os resultados financeiros.

6. Transformação digital

Nos últimos tempos tivemos que nos adaptar para resistir num contexto inesperado de uma crise de saúde sem precedentes. Os gestores de RH devem agora ser a força



motriz nesta acelerada transformação digital. Devem ser protagonistas dotados de soluções tecnológicas de RH aprimoradas e ampliadas no que diz respeito à inteligência artificial. O Barômetro Kaizen RH demonstra que hoje as organizações focam-se na preparação do capital humano para diferentes cenários de médio e longo prazo enquanto que antes de pandemia tinham como prioridade a retenção de talento.

Digitalizar processos e formar colaboradores pelo que empresas mais tradicionais tem que investir em formar colaboradores para que cada um destes se sinta capaz de usufruir de ferramentas de trabalho remoto. Não basta aproveitar de cada colaborador o seu ponto forte e preciso saber adaptar o uso da tecnologia a cada faixa etária de maneira a assegurar uma transformação diária para atingir níveis de desempenho económico e financeiro de excelência.

Pro-atividade na gestão de mudança é a tendência-chave para enfrentar os desafios futuros e atuar de forma sustentável. Para uma adaptação rápida aos novos tempos e desafios.

Conclusões

Nestes dois anos as organizações viram se forçadas a mudar a forma de trabalhar, de servir e de comunicar com os clientes. Quase de um dia para o outro este momento disruptivo alterou o funcionamento interno e externo das empresas e as suas prioridades. Os sistemas de trabalho à distância foram acelerados e impulsaram novos hábitos. Oito em cada dez empresas prepara-se para aderir a um sistema híbrido com dias de trabalho remoto e outros presenciais. Mas quais os desafios que esta nova dinâmica vai trazer? O ponto-chave para um regime funcionar é a garantia de uma comunicação eficiente e bem coordenada. 70% dos colaboradores dizem que ainda não dominam as novas habilidades exigidas.

Os processos devem ser agilizados pela AI, com uma reengenharia que permita um serviço mais rápido, com foco no valor entregue ao cliente e suprimindo tempos e tarefas de desperdício do lado dos colaboradores.

Por último devemos medir, envolvendo cada equipa e cada indivíduo na identificação e concretização de oportunidades. Devemos implementar uma estratégia de análise de dados que para aumentar a performance e evidenciar a importância de cada área para os resultados da organização.



Gonçalo Sampaio e Melo
Psicólogo

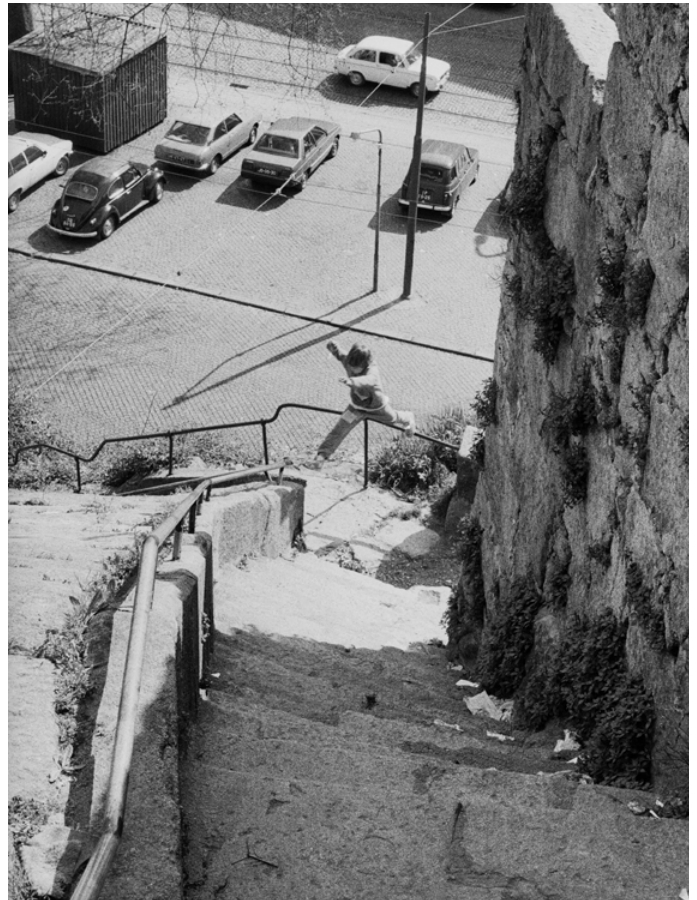


PELA LENTE DE
Rui Mendes



DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE



DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE

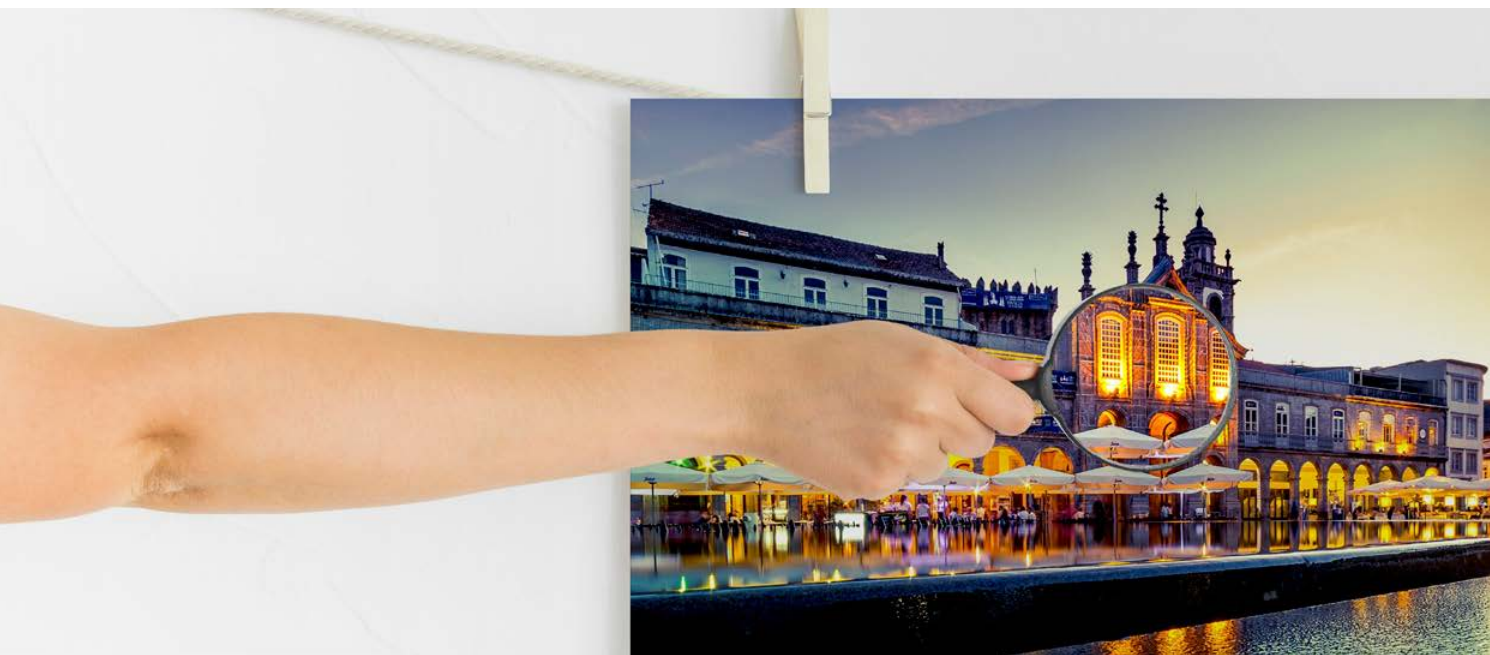




As fotografias e as histórias do fotógrafo Rui Mendes representam a experiência de crescer, de emigrar, da descoberta de um novo país, de uma nova forma de vida. Representam a vida dos que tiveram de abandonar o seu país de origem na procura de uma vida melhor. Rui Mendes passou 13 anos a viver e a trabalhar em Paris, tendo saído do Porto quando tinha apenas 17 anos. Partiu como adolescente e regressou como homem para construir família no país e cidade de origem. Durante estes anos, captou os ambientes em seu redor, criando um retrato dos anos 80 em duas grandes cidades europeias — Porto e Paris. O seu maior interesse era fotografar pessoas, nas suas atividades do dia a dia, em locais familiares, como um distante observador que se aproxima e capta o instante, tentando estabelecer relação com a pessoa fotografada. O seu trabalho cria a sensação de como é viver entre duas cidades. O que é sentir-se em casa, quando a casa permanece só como um sentimento.

| COM LUPA: CÁ DENTRO

A Cidade Encantadora I Parte



Uma Proposta de Roteiro para descobrir aquela que foi considerada por um dos jornalistas do “The Guardian” a cidade mais encantadora de Portugal.

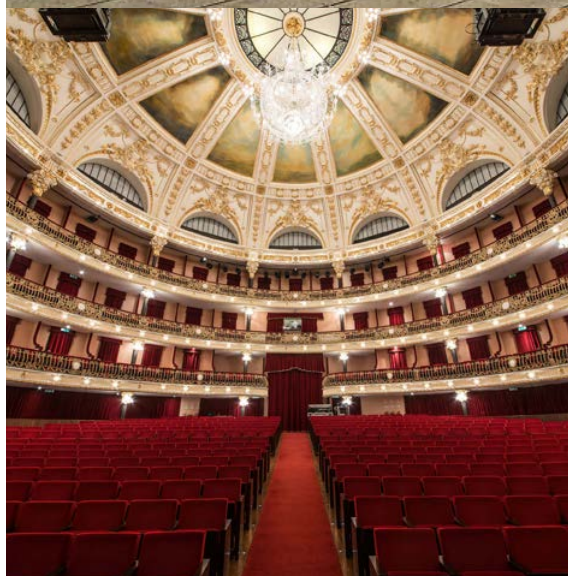
Onde se situa?

Situada no Norte de Portugal, a cidade de Braga encontra-se limitada a norte por Viana do Castelo, a este por Vila Real, a oeste pelo Oceano Atlântico e a sul pelo Porto. Embora esteja repleta de jovens, daí a sua classificação como Capital Europeia da Juventude, a verdade é que esta cidade possui uma carga história vasta, sendo-lhe atribuídas diversas designações pelas alterações que se foram dando ao longo dos diferentes períodos, tais como: “Roma Portuguesa” e “Cidade Barroca”. Aqui encontra a religiosidade

e o tradicional aliados a uma modernidade e cosmopolitismo.

Proposta de Roteiro

Como começar este roteiro de melhor forma senão pelo coração da cidade?! Antigamente chamado de “Campo de Santa Ana”, a Avenida Central foi mandada abrir por D. Diogo de Sousa nos inícios do século XVI. Aqui vai sem dúvida ficar deslumbrado com os belos jardins que lhe proporcionarão um descanso e uma paz para o começo do seu dia de visita. Este ponto é perfeito para tomar o seu pequeno-almoço ao ar livre num dos bancos disponíveis, enquanto as crianças brincam no parque infantil, ou caso esteja mau tempo, pode sempre comprar algo no McDo-



nald's que aqui se encontra também. Nas imediações da avenida central existem inúmeras lojas, pelo que também pode comprar lembranças, vestuário, bijuterias ou artesanato típico da região. Caso queira visitar o Posto de Turismo também o encontrará aqui. O seu horário de funcionamento durante a semana é das 09:00 às 13:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, e ao fim de semana e feriados é das 09:30 às 13:00 horas e das 14:00 às 17:30 horas.

Se adora espetáculos, a visita ao Theatro Circo é obrigatória! Possui uma sala principal emblemática, repleta de elementos decorativos ilustres que o deixará sem palavras!

Embora a entrada no mesmo já seja marcante por si só, recomendamos que consulte no website do Theatro Circo a agenda cultural, para decidir o evento do seu interesse. Para contemplar exposições temporárias e a exposição permanente de coleções de porcelana, prata, marfim, pintura, peças de mobiliário, azulejos e tapeçarias, assistir a concertos, observar arquivos fotográficos, entre outras atividades, dirija-se até ao Museu Nogueira da Silva. A visita ao museu possui o custo simbólico de 2 euros para maiores de 14 anos, de 1 euro para estudantes e reformados, e para grupos e crianças é gratuita. Com estes valores

não tem desculpa para não conhecer este espaço de referência bracarense!

Com certeza que já deve ter reparado quando chegou aqui à Avenida Central, num imponente edifício, com uma fachada emocionante e extraordinária que o transporta para o período Barroco. Trata-se da Basílica dos Congregados, criação do arquiteto André Soares, cuja edificação ocorreu de uma forma lenta, desde os princípios do século XVIII até à segunda metade do século XX. Braga está repleta de igrejas por isso, independentemente de ser religioso ou não, a visita a estes espaços é primordial pela magnificência arquitetónica que apresentam.

Para uma pausa para o seu almoço antes de continuar o seu percurso, pode dirigir-se até ao Café Vianna, localizado na Praça da República. A comida é de enorme qualidade, o staff é de uma notável simpatia, o ambiente é agradável

e o atendimento é rápido, portanto recomendamos sem hesitação.

Agora que já fez a sua deliciosa refeição, um passeio pelo especial Jardim de Santa Bárbara soar-lhe-á extremamente convidativo! Aqui reina a cor sobre a forma de flores! É perfeito para intercalar a sua visita entre as construções e a natureza. O romântico paira no ar, por isso se veio acompanhado da sua cara-metade este local é essencial para si!

Siga agora para a Rua Dom Paio Mendes, para descobrir a mais antiga Sé Catedral de Portugal, que preenche o centro histórico. Aqui encontrará uma confluência de estilos que passam pelo barroco (com os enormes órgãos e as talhas douradas, a exemplo), gótico (com a cabeceira e um pouco o frontal do altar-mor) e romântico (com por exemplo os arcos de volta perfeita). Salientar ainda as Capelas de São





Geraldo, da Glória e dos Reis e o fascinante Tesouro-Museu da Sé, concebido em função do alargado espólio de peças acumuladas ao longo de séculos (a exemplo, uma cruz utilizada na primeira missa efetuada no Brasil, levada por Pedro Álvares Cabral).

Para terminar o seu dia, nada melhor que um saboroso jantar no Restaurante Cozinha da Sé. Aqui as refeições são adequadas a vegetarianos e têm opções sem glúten. O cardápio é variado e os vinhos são de excelência. Vale a pena deliciar-se aqui!

Caso pretenda passar o dia seguinte a visitar Braga (como iremos propor no próximo mês), tem o Urban Hotel Estação (três estrelas) mesmo à beira, no Largo da Estação. Se preferir optar por um local mais excêntrico para passar a noite recomendamos o Meliá Braga Hotel & Spa (cinco estrelas) que fica a cerca de 4 quilómetros de distância do Restaurante Cozinha da Sé.



Fatinha Pinheiro
Geógrafa

| COM LUPA: LÁ FORA

Marraquexe

A Cidade vermelho ocre



De visita ao continente africano, proponho conhecermos uma das cidades mais importantes do centro-sudoeste de Marrocos, a cidade de Marraquexe que se caracteriza pela sua beleza natural e preservação histórico-imperial.

Atualmente, é a quarta maior cidade do país, situada no sopé da cordilheira do Atlas, e funciona como o último aglomerado populacional que precede o imponente deserto do Sahara.

A cidade de Marraquexe, integra um conjunto de quatro cidades imperiais que outrora terão sido capitais de antigas dinastias reinantes. A preservação do património imperial e a sua posição geográfica privilegiada, torna a cidade de Marraquexe como a mais visitada por turistas. Igualmente conhecida como “Cidade Ocre”, Marraquexe adquire este estatuto devido às suas muralhas de tom “avermelhado”, e recorro que estamos perante uma cidade Património Mundial pela Unesco. A história da cidade remonta ao período do Neolítico,

existindo relatos de pequenos povoados berberes que viveriam essencialmente em pequenas comunidades. A fundação da cidade ocorre por volta do ano de 1062 sobre a regência de Abu Becr Omar, familiar do emir da Almorávida que controlava o sul de Marrocos. A dinastia Almorávida, viria a ser preponderante na prosperidade da cidade, sendo responsável pela construção de muitas escolas Islâmicas «madrças», mesquitas. A conjectura na época, aliada à convicção religiosa, proporcionou a participação conjunta dos povos da Almorávida em batalhas contra o cristianismo na Península Ibérica, e de acordo com os registos históricos, o Califado de Al Andalus terá contado com o auxílio das tribos nómadas do Magreb. No período compreendido entre 1122-1123, terão sido construídos os maiores ex-libris da cidade, nomeadamente a muralha em pedra avermelhada que viria a estar na origem do nome atribuído à cidade «Cidade Vermelha». Seguiram-

se ainda alguns anos de prosperidade económico-cultural, todavia seria sol de pouca dura a forte expansão muçulmana na Península, e consequente proximidade do califado viriam atribuir maior importância à vizinha cidade de Fez. No início do século XVI e sobre a regência de diferentes sultões abastados, a cidade conheceu uma grande transformação, foram restauradas ruínas, erigidos palácios e jardins, que perduram até aos dias de hoje.

A viagem em Marraquexe, inicia-se através do aeroporto internacional Menara: ainda no céu conseguimos observar um aeroporto rodeado de um solo de tom ocre repleto de habitações que contrastam com os campos de laranjeiras. O aeroporto da cidade é uma infraestrutura moderna que visa responder à solicitação, estamos perante a cidade que mais turistas recebe. À semelhança de muitas cidades, Marraquexe desenvolve-se essencialmente em duas vertentes, uma parte antiga designada por Almedina-Medina, devidamente fortificada e repleta de lojas e vendedores, e a vertente exterior à cidade essencialmente residencial, lojas luxuosas e grandes cadeias de hotelaria.

Em Marraquexe, existem duas formas diferenciadas de alojamento: riad ou hotel. Pessoalmente recomendo que experienciem o alojamento numa riad. De forma sucinta, uma riad representa a habitação árabe com pátio interno com jardim ou tanque transformado em piscina. Devidamente ornamentada e decorada com artesanato de influência Árabe e dos diversos povos nómadas do Norte África, permite ao viajante uma experiência plena de vivências, odores e sabores realmente Marroquinos. A estadia em riad revelou ser a escolha acertada, além da proximidade com os principais monumentos, o preço contrasta com o das grandes hotéis permitindo alguma economia e a garantia de apoio direto ao alojamento local.

Medina Marraquexe – Praça de Jemaa el-Fnaa

O interior da Medina “Cidade muralhada” é sem sobra de dúvida o coração da cidade e no qual o turista mais desatento poderá perder-se, recomendo alguma prudência. O mercado de Marraquexe consiste num complexo labirinto de ruas repletas de barracas e vendedores, e as indicações locais nem sempre são as melhores, digamos que os marroquinos tentarão de tudo para que o distraído turista entre no seu bazar. Este mercado estende-se até à Praça Jemaa el-Fnaa e nele poderá comprar todo o tipo roupa, especiarias, comida e artesanato. Ao longo do mercado, parece haver uma certa organização por sectores, ficou claro para mim as diversas áreas, nomeadamente peles e curtumes, artesanato em metal, e especiarias.

Recomendo que se visite o mercado pela manhã, o calor é de certa forma tolerável, e é o período mais movimentado no mercado – imiscua-se pelas ruelas de Marraquexe e negoceie com os locais. Já a praça de Jemaa el-Fnaa recomendo que seja visitada antes do pôr do sol. Suba a um dos terraços nas imediações da praça, peça uma taça de chá de menta e do alto vislumbre como a praça se transforma. A praça de Jemaa el-Fnaa com o pôr do sol por analogia vira uma autêntica Meca do Norte África, e as pessoas surgem de todas as direções. É hora em que o calor abrande e permite que os marroquinos convivam e realizem trocas comerciais. A experiência é única, a vista e sonoro emanado da praça é encantador, falo de uma praça repleta de encantadores de serpentes e macacos, bancadas que servem refeições tradicionais, mulheres que tatuam ao ritmo das tradições árabes, e as famosas bancas de sumo de laranja.

Na praça Jemaa el-Fnaa podem encontrar refeições em conta, estejam preparados para uma mescla de sabores único e





para uma culinária com alguns traços mediterrânicos, resultante da convivência islâmica e partilha de território ibérico.

Mesquita Koutoubia

Nas imediações da Praça Jemaa el-Fnaa encontramos a imponente mesquita Koutoubia, em tempos uma das maiores do mundo, apenas poderá ser visitada por muçulmanos. De acordo com os registos históricos, a construção deste monumento terá sido concluída no início do séc.XII. Nas imediações, é possível observar os vestígios arqueológicos desta construção, assim como passear pelos jardins repletos de repuxos ao estilo árabe.

O ex-libris da mesquita, é sem dúvida o seu alto minarete de tom ocre e do qual emanam as orações islâmicas.

Madraça Ben Youssef

De arquitetura ímpar, este local merece sem sombra de dúvida uma visita. Construída e ornamentada ao estilo árabe, terá sido a maior e mais importante madraça de norte África. Esta escola árabe tinha como principal função o estudo religioso e teria no seu apogeu capacidade para 900 alunos. No interior da Madraça o destaque principal vai para os quartos com poucas condições que se precipitam para um pátio central devidamente ornamentado em madeira.

Palácio El-Badi

Na proximidade da praça Jemaa el-Fnaa, podemos visitar as ruínas doutro de um palácio. O palácio El-Badi terá sido construído como forma de comemorar a derrota dos portugueses na famosa batalha de Alcácer-Quibir. Apesar do atual estado de conservação, ainda é possível observar um pátio central devidamente ornamentado com sistema de água e jardins. Visite o Palácio, suba a uma das suas múltiplas varandas e contemple a vista para a cidade no interior das torres. Poderá visitar exposições que retratam o período histórico no qual terá sido erigido este fabuloso monumento.

Túmulos Saadianos

Apesar de não ser apanágio de uma viagem uma visita a um cemitério, estamos perante um local onde residem sepulturas dos sultões e familiares. Este monumento é contíguo a um jardim, no qual sobressaem túmulos devidamente ornamentados com mosaicos coloridos. Recordo que estamos perante um dos monumentos mais visitados de Marraquexe, que caso tenha tempo merece uma breve visita.

Palácio da Bahia

Estamos perante uma das obras mais importantes da cidade, terá sido construído no final do século XIV com propósito



de ser um palácio de renome mundial. De construção ímpar, o palácio apresenta um conjunto de quartos que interligam com os pátios e jardim. O pátio principal é esplendoroso e proporciona fotografias únicas.

Jardins de Menara

Afastado do centro da cidade e nas imediações do aeroporto principal o viajante poderá visitar os jardins mais conhecidos de Marraquexe. Criados em 1870 sobre um lago, permite que o viajante observe o extenso olival que prospera através de um antigo sistema de rega.

Jardins Majorelle

Uma das pérolas escondidas da cidade, é sem sombra de qualquer dúvida, os Jardins Majorelle. Este jardim terá sido construído em 1924 pelo pintor Jaques Majorelle e integra o atual património da fundação Yves Saint Laurent. O destaque principal deste jardim vai para as diversas espécies de plantas, lagos devidamente ornamentados com azulejos de tons azul o que transfigura uma espécie de Oásis no interior da cidade. O jardim integra igualmente um museu de arte que alberga um conjunto de obras de arte islâmica.

Aproveite este jardim para uma pausa delicie-se com um chá de menta e refresque a alma e a vista.

Cidade Fortificada – Aït-Ben-Haddou

Afastado da cidade de Marraquexe, é possível visitar esta obra-prima da arquitetura, Património Mundial da Unesco. Esta cidade fortificada para lá das montanhas do Atlas, é última paragem para o visitante a caminho do deserto. Este local idílico, parece retirado de um filme, aliás é mesmo conhecido e utilizado regularmente pela indústria cinematográfica. No local estão assinaladas o uso da cidade para diversos filmes, nomeadamente, Lawrence da Arábia, A Múmia, Gladiador, Alexandre e Príncipe da Pérsia, entre muitos outros.

No sopé de um monte encontra-se esta cidade fortificada que se precipita sobre o rio Unila. Apesar de inabitada, o visitante poderá percorrer as ruas repletas de casas em barro que albergam pequenos comércios. A subida até ao topo faz-se devagar devido ao calor desértico que se faz sentir, todavia a vista do cume é deslumbrante sobre a aldeia e os campos repletos de palmeiras que serpenteiam o deserto ao ritmo da linha de água.

Marraquexe uma cidade que emana sentimentos únicos
Sem rumo pelas vielas de Marraquexe a cidade Ocre.



João Costa

Doutorando em Sistemas Sustentáveis de Energia



| FALAR PORTUGUÊS

Ilha. Como chegou ao português?

A palavra portuguesa parece ter vindo do latim, mas por um caminho particular: a palavra «ínsula» acabou no catalão «illa» (plural «illes», como em «Illes Balears»), saltou a península, e aterrou no galego e no português.

Porque importámos esta palavra do catalão? Não sabemos bem... O catalão foi muito importante na Idade Média, como língua principal de Barcelona e da Coroa de Aragão, e ouviu-se em muitas ilhas do Mediterrâneo — ainda se ouve, aliás, na Sardenha, para não falar das Ilhas Baleares, claro está. Mas como veio esta palavra parar precisamente ao lado da península que não está virado para o Mediterrâneo, a esta língua que vem lá do Noroeste? As histórias das palavras são assim, cheias de aventuras que se adivinham, mas cujo enre-

do se perdeu no ar em que as palavras se dispersam, quando não as escrevemos.

Por um caminho mais direto, sem sair da boca dos falantes aqui a ocidente da península, a mesma palavra latina veio a dar «ínsua», com a habitual queda do [l] intervocálico — uma palavra que associamos a ilhas de rio.

A palavra «ilha» continuou a viagem para outras línguas — e ouve-se, por exemplo, em cabo-verdiano, onde ilha é «ilha». O cabo-verdiano é bem diferente do português, principalmente na gramática, mas tem muitas palavras parecidas. Enfim, se as pessoas às vezes se isolam (*isolar* é tornar ilha), as línguas, essas, não são ilhas e raramente deixam de receber e oferecer palavras.



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

DIREITO FISCAL

A nova conta-corrente fiscal

contact@rfflawyers.com

<http://rffassociados.pt>

Foi aprovada a Lei n.º 3/2022, de 4 de janeiro, onde se prevê a possibilidade de os contribuintes solicitarem, junto da Administração tributária (“AT”), a extinção de dívidas fiscais por compensação com créditos tributários que tenham sobre o Estado, conhecido por regime de conta-corrente entre o Estado e os contribuintes.

A Lei agora publicada define o regime de extinção das prestações tributárias por compensação com créditos de natureza tributária, por iniciativa do próprio contribuinte, na qual se incluem as retenções na fonte e as tributações autónomas e respetivos reembolsos que digam respeito a IRS, IRC, IVA, IEC, IMI, AIMI, IMT, Imposto-Selo, IUC e ISV. A extinção das dívidas tributárias por compensação com créditos de natureza tributária é efetuada por requerimento dirigido ao Diretor-Geral da AT e apresentado no Portal das Finanças, no qual se devem indicar os créditos e as dí-



vidas a ser objeto de compensação. O requerimento poderá ser apresentado a partir do momento da liquidação do tributo e até à extinção da execução fiscal, sendo que, desde o pedido e até à decisão da AT, não são devidos juros de mora. A AT dispõe, depois, de dez dias para tomar a decisão sobre o pedido de compensação. Se não proferir a decisão no referido prazo, considera-se o pedido tacitamente deferido e, em consequência, aprovada a compensação, o que acarreta a extinção do crédito tributário e/ou a extinção do processo executivo por pagamento (a não ser que o montante da compensação seja insuficiente, caso em que a

extinção será apenas parcial).

A Lei prevê, porém, que, nos casos de deferimento tácito, a AT disponha, ainda, da faculdade de, no prazo de um ano contado da data em que foi requerida a compensação, apresentar uma ação judicial para obter a declaração de ineficácia, total ou parcial, da compensação, por não estarem verificados os respetivos pressupostos. Nesta situação, a dívida tributária que permaneça vencer-se-á na data do trânsito em julgado da sentença proferida no processo de declaração de ineficácia da compensação. Em caso de deferimento expresse, também a AT irá efetuar a compensação da dívida tributária, extinguindo, assim, a obrigação quando o montante do crédito seja suficiente para satisfazer a totalidade dessa obrigação ou, quando inferior, como pagamento parcial. Este novo regime só entra, todavia, em vigor no próximo dia 1 de julho de 2022.



Rogério M. Fernandes Ferreira
Rogério Fernandes Ferreira & Associados

FISCAL

Trabalhadores Transfronteiriços I Parte

São considerados trabalhadores transfronteiriços, os portugueses que residem num país comunitário, na Islândia, no Liechtenstein, na Noruega ou na Suíça, mas que trabalham noutro, regressando ao país onde residem todos os dias ou, pelo menos, uma vez por semana.

A definição de trabalhador transfronteiriço, poderá não ser a mesma para a Legislação Fiscal e para a Segurança Social.

Assim, estes trabalhadores terão de ter em atenção as consequências ao nível do seu IRS e da Segurança Social de forma independente.

Estes trabalhadores estão subordinados a duas jurisdições, há do país onde têm a sua residência fiscal e há do país onde trabalham.

Deste modo, o trabalhador fica sujeito aos impostos sobre a propriedade e à maioria dos impostos pela legislação do país onde reside, e fica sujeito às leis



laborais, aos impostos sobre o rendimento e à maioria dos direitos da segurança social pela legislação do país onde trabalha.

Para o caso de diretores ou membros do conselho de administração de uma empresa, artistas, desportistas, professores e funcionários públicos existe legislação específica e diferente da que é aplicada aos trabalhadores transfronteiriços.

IRS

Um trabalhador transfronteiriço antes de tudo terá que tomar conhecimento da Convenção de dupla tributação exis-

tente entre o país da sua residência e o país onde trabalha. Neste diploma legal estará estabelecido as regras para a tributação em sede de IRS dos seus rendimentos de trabalho.

A Convenção poderá minimizar ou não eliminar a dupla tributação dos seus rendimentos pelos dois países, tudo depende do que estiver previsto.

Para acionar a Convenção será necessário que o trabalhador entregue o formulário modelo 21-RFI devidamente certificado pelas autoridades fiscais do seu Estado de residência. Este certificado tem a validade de um ano, se existir uma relação contratual continuada, podendo também ser apresentado um certificado de residência autenticado conjuntamente com o formulário modelo 21-RFI (sem certificação). Normalmente, ao acionar a convenção o contribuinte terá direito a uma isenção de imposto num dos países ou a um crédito de imposto.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Quando falham certos detalhes tudo se torna inútil.

info@amostradeletras.pt

Ei![®]
Assessoria
Migratória

WWW.EIMIGRANTE.PT

VIVA A SUA REFORMA EM PORTUGAL

+351 217 960 436

GERAL@EIMIGRANTE.PT

@EIMIGRANTE



AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 35-2ºA 1050-118 LISBOA
RUA FELICIANO DE CASTILHO, 66 4000-293 PORTO